

Diário do Legislativo de 31/03/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolô Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

LIDERANÇAS

17/3/2004

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS), Arlen Santiago (PTB) e José Milton (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Elmiro Nascimento

Vice-Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líderes: Deputados Célio Moreira e Jairo Lessa

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados José Henrique (PMDB), Dinis Pinheiro (PL) e Paulo Piau (PP)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões(PT)

COMISSÕES PERMANENTES

20/2/2004

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Domingos Sávio	BPSP	Presidente
Deputado Paulo Piau	PP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	
Deputado Dinis Pinheiro	PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sargento Rodrigues	BPSP	
Deputado Alberto Pinto Coelho	PP	
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Bittar	PL	Presidente
Deputado Paulo Cesar	PFL	Vice-Presidente
Deputado Olinto Godinho	BPSP	
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB	

Deputado Pinduca Ferreira

PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	PL
Deputado Doutor Viana	PFL
Deputado Zé Maia	BPSP
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB
Deputado Dimas Fabiano	PP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão	BPSP	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Ermano Batista	BPSP	
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB
Deputado Dinis Pinheiro	PL
Deputado Doutor Viana	PFL

COMISSÃO DE DEFESADO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia Pacífico	BPSP	Presidente
Deputada Vanessa Lucas	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Irani Barbosa	PL	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar	BPSP
Deputado Miguel Martini	BPSP
Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB
Deputado Jayro Lessa	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Roberto Ramos	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP
Deputado Fahim Sawan	BPSP
Deputado Roberto Carvalho	Bloco PT/PCdoB
Deputado Leonardo Quintão	PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonídio Bouças	BPSP	
Deputado Weliton Prado	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BPSP	
Deputado Arlen Santiago	BPSP	
Deputada Maria Tereza Lara	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Alberto Bejani	BPSP	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista	BPSP	Presidente
Deputado Jayro Lessa	PL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado Sebastião Helvécio	BPSP	
Deputado Chico Simões	Bloco PT/PCdoB	
Deputado José Henrique	PMDB	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	

Deputado Neider Moreira	BPSP
Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Elmiro Nascimento	PFL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Doutor Ronaldo	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar	BPSP	
Deputado José Milton	BPSP	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Carlos Pimenta	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Chico Rafael	PMDB

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PFL	Vice-Presidente
Deputado Mauro Lobo	BPSP	
Deputado João Bittar	PL	
Deputado Leonardo Quintão	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Jô Moraes	Bloco PT/PCdoB
Deputada Lúcia Pacífico	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE POLÍTICAAGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP	Presidente
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BPSP	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Doutor Viana	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau	PP
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB
Deputada Ana Maria Resende	BPSP
Deputado João Bittar	PL
Deputado Gustavo Valadares	PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Olívia	BPSP	Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Djalma Diniz	BPSP	

Deputado Antônio Genaro PL

Deputado Dimas Fabiano PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Irani Barbosa PL

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras, às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PCdoB Presidente

Deputado Fahim Sawan BPSP Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado Neider Moreira BPSP

Deputado Célio Moreira PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PCdoB

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Sebastião Helvécio BPSP

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Roberto Ramos PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues BPSP Presidente

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	PL	
Deputado Zé Maia	BPSP	
Deputado Rogério Correia	Bloco PT/PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	BPSP
Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Mauro Lobo	BPSP
Deputado Olinto Godinho	BPSP
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alberto Bejani	BPSP	Presidente
Deputada Marília Campos	Bloco PT/PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP	
Deputado André Quintão	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	PFL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL
Deputada Maria José Haueisen	Bloco PT/PCdoB
Deputada Ana Maria Resende	BPSP
Deputado Padre João	Bloco PT/PCdoB
Deputado Gustavo Valadares	PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras, às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	PL	Presidente
------------------------	----	------------

Deputado Djalma Diniz	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Gil Pereira	PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Passos	PL
Deputado Sidinho do Ferrotaco	BPSP
Deputada Cecília Ferramenta	Bloco PT/PCdoB
Deputado Ivair Nogueira	PMDB
Deputado Paulo Piau	PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras, às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Cesar	PFL	Presidente
Deputada Maria Olívia	BPSP	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	Bloco PT/PCdoB	
Deputado Márcio Passos	PL	
Deputado Chico Rafael	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro Nascimento	PFL
Deputado Alencar da Silveira Jr.	BPSP
Deputado Laudelino Augusto	Bloco PT/PCdoB
Deputado Antônio Genaro	PL
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB	Presidente
------------------------------	------	------------

Deputado Fábio Avelar	PTB	Vice-Presidente
Deputado Biel Rocha	PT	
Deputado Célio Moreira	PL	
Deputado Gilberto Abramo	PMDB	
Deputado Gustavo Valadares	PFL	
Deputado Padre João	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Helvécio	PDT
Deputado Leonídio Bouças	PTB
Deputada Cecília Ferramenta	PT
Deputado Sidinho do Ferrotaco	PSDB
Deputado José Henrique	PMDB
Deputada Ana Maria Resende	PSDB
Deputada Maria Tereza Lara	PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR: Deputado Roberto Carvalho

OUIDOR SUBSTITUTO: Deputado Leonardo Moreira

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DA PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre os vetos às proposições de Lei nºs 15.784 e 15.924, em 16/3/2004

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Laudelino Augusto, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente também o Deputado Ricardo Duarte. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.784 e 15.924/2004, em turno único (relator: Deputado Laudelino Augusto). A Presidência suspende a reunião por alguns minutos para que seja lavrada a ata desta reunião. São reabertos os trabalhos. Em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, o Presidente dispensa a leitura da ata desta reunião, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Laudelino Augusto - Célio Moreira - Neider Moreira.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 23/3/2004

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Antônio Carlos Andrada e Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.403/2004 com a Emenda nº 1, 2.423, 2.483 e 2.506/2004. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada audiência pública em Uberaba com a finalidade de discutir o sistema prisional daquele município; Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para se discutir a situação da cadeia pública do Município de Guaranésia; e sejam realizadas, por esta Comissão, vistorias nas unidades da Polícia Militar e nas Delegacias de Polícia Civil com a finalidade de averiguar a situação logística daquelas repartições; do Deputado Sargento Rodrigues e da Deputada Marília Campos, em que solicitam a realização de audiência pública para discutir o problema das parcerias das entidades de segurança pública com a iniciativa privada e as repercussões da inclusão do Sistema Penitenciário no Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. O Deputado Rogério Correia procede à leitura de requerimento, que teve sua votação adiada a pedido do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que pede seja solicitado ao Chefe da Polícia Civil a nomeação de novo Delegado para investigar o caso de corrupção em Alfenas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Zé Maia.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 17ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 31/3/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para prosseguimento do Ciclo de Debates: Resistir Sempre - 64 Nunca Mais.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.734, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a Legislação Tributária no Estado, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2.40 e 2.41 da Tabela A do Anexo I e aos itens 5.10 e 5.11 da Tabela D do Anexo IV.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.784, que torna obrigatória, nos estabelecimentos que menciona, a afixação de cartaz com informações sobre a quantidade média de calorias dos alimentos por eles comercializados. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.843, que dispõe sobre os rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 4º e pela rejeição do veto aos demais dispositivos.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.852, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - e dá outras providências.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.855, que altera dispositivos da Lei nº 12.812, de 28/4/98, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, o qual dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios e dá outras providências.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.898, que dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.921, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da justiça estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.925, que dispõe sobre a prática da Educação Física na rede pública estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.927, que altera o art. 1º da Lei nº 13.722, de 20/10/2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.928, que dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, altera a Lei nº 14.172, de 15/1/2002, que cria o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos arts. 7º, 11 e 14 e pela rejeição do veto ao art. 13.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.174/2003, do Deputado Gustavo Valadares, que regulamenta o tombamento da serra da Piedade, na forma que dispõe o art. 84, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 31/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 679/2003, do Deputado Leonardo Moreira (parecer sobre o Substitutivo nº 3 apresentado em Plenário).

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.513/2004, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: debater, com diversos convidados, a proibição, pela COPASA-MG, do uso de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água, em descumprimento à Lei nº 12.645, de 17/10/97.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 31/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 235/2003, do Deputado Doutor Viana.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 26/2003, do Deputado Jayro Lessa; 292/2003, do Deputado Dinis Pinheiro; 419/2003, do Deputado Olinto Godinho; 425/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 847/2003, do Deputado João Bittar; 920/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 922/2003, do Deputado George Hilton; 1.152/2003, do Deputado Biel Rocha; 1.186/2003, do Deputado Célio Moreira; 1.207/2003, do Deputado Padre João; 1.311/2003, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.455/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.494 e 2.495/2004, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: demonstração, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado, referentes ao segundo e terceiro quadrimestres de 2003.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 31/3/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.515/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 2.532/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.548 e 2.551/2004, do Deputado Chico Simões; 2.573/2004, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 31/3/2004, destinada à realização do Ciclo de Debates, Resistir Sempre - 64 Nunca Mais.

Palácio da Inconfidência, 30 de março de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 70/2004

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Biel Rocha, Márcio Passos e Adalclever Lopes, para a reunião a ser realizada em 31/3/2003, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Júnior, André Quintão, Elmiro Nascimento e a Deputada Marília Campos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater a situação dos metalúrgicos da cidade de João Monlevade e região, em especial a escala de revezamento e a tabela francesa, a

terceirização, as horas extras e a jornada de trabalho, a requerimento do Deputado André Quintão; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2004, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre notícias veiculadas pela imprensa que envolvem a atual administração do Município de Alfenas.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Paulo Piau, Leonídio Bouças e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2004, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003 e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2004, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação da cadeia pública do Município de Guaranésia, recentemente interditada pelo Juiz de Direito da Comarca devido às péssimas condições em que se encontrava.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.070/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Paulo Piau, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a Associação Nacional dos Direitos Sociais - ANDS -, com sede no Município de Iturama.

A matéria foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A ANDS, fundada em 16/7/99, tem por finalidade integrar e dinamizar as ações da comunidade em que atua, como agente interlocutor da sociedade e do poder público.

A promoção e a defesa dos direitos humanos dos vínculos de solidariedade e de cooperação entre os municípios são os projetos empreendidos pela entidade.

Para a consecução de tais objetivos, fornece ajuda financeira a famílias carentes, transporte gratuito a estudantes e pessoas idosas, orientação educacional e cursos de capacitação e profissionalização.

É responsável pela publicação de um jornal, cuja finalidade principal é a divulgação de matérias abrangentes de interesse da coletividade. Dessa forma, busca conscientizar os cidadãos do potencial de uma sociedade organizada possui.

Por isso, julgamos oportuno e conveniente que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelo registrado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.070/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Marília Campos, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.225/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Ouvidor - ASCOBOU -, com sede no Município de Machado.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação Comunitária do Bairro Ouvidor, entidade civil sem fins lucrativos, tem como finalidade principal congregar pessoas interessadas em implementar o desenvolvimento da comunidade.

Parece-nos claro, a partir do exame da documentação anexada ao processo, que essa organização desenvolve atividades as mais diversas, sempre com o intuito de proporcionar aos moradores locais melhoria da qualidade de vida, o que constitui valiosa parceria com o poder público.

Por isso entendemos oportuna a intenção de lhe conceder a pretendida declaração estadual de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.225/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.234/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro João de Deus, com sede no Município de São Lourenço.

A proposição, publicada em 13/11/2003, no "Diário do Legislativo", foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em questão, no cumprimento de seus objetivos estatutários, consolidou-se como uma entidade que trabalha para a melhoria da condição de vida dos moradores carentes do Bairro João de Deus.

Atua permanentemente em colaboração com o poder público e a sociedade, para suprir as carências das pessoas que atende, fornecendo-lhe suporte no que diz respeito à alimentação, à saúde, à habitação e à educação.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.234/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.246/2003

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto em epígrafe pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Saúde de Paraopeba e Região – ASCOSPAR -, com sede no Município de Paraopeba.

A proposição, publicada no "Diário do Legislativo" de 20/11/2003, foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em tela, no cumprimento de seus objetivos estatutários, fiscaliza e supervisiona o atendimento médico de carentes em unidades hospitalares.

Nesse trabalho, a associação usa seus recursos para custear os serviços de atendimento médico no próprio município, o que reduz o número de pacientes que procuram os grandes centros.

Outra importante atividade da Associação é o trabalho permanente de integração e conscientização das comunidades da área, visando à sua participação concreta na luta pelo direito à saúde.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.246/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Célio Moreira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.272/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela pretende declarar de utilidade pública a Obra Social São Brás, com sede no Município de São Brás do Suaçuí.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade mencionada no relatório, em cumprimento de seus propósitos estatutários, promove desenvolvimento de largo espectro, como a proteção do meio ambiente.

De forma mais restrita, propõe-se a resgatar a dignidade das camadas sociais mais necessitadas do município, procurando propiciar-lhes atividades esportivas e culturais e promover ações para melhorar as condições de moradia, saúde e trabalho.

Conclusão

Considerando o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.272/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Marília Campos, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.301/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De iniciativa do Deputado Elmiro Nascimento, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Dispensário São Vicente de Paulo, com sede em Patos de Minas.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Dispensário São Vicente de Paulo é uma entidade sem fins lucrativos e de caráter assistencial. Destaca-se entre suas finalidades a prática da caridade cristã por meio da assistência social e espiritual às pessoas e famílias carentes, especialmente pelo fornecimento de alimentos, remédio e roupas.

Sua ação conta com o trabalho e a contribuição das Conferências Vicentinas no tocante à sindicância, à admissão e ao cadastramento dos beneficiados, visando à assistência eficaz e ordenada.

A entidade estende sua ação beneficente a outras obras da Sociedade de São Vicente de Paulo, tais como asilos, creches e albergues.

Em virtude de tais iniciativas, é justo que seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.301/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.303/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Neider Moreira, o projeto de lei em tela pretende declarar de utilidade pública a Ação Social Tricordiana - AST -, com sede no Município de Três Corações.

A proposição, publicada no "Diário do Legislativo" de 12/12/2003, foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em análise vem cumprindo seus objetivos estatutários, pois realiza um trabalho de profundo alcance social ao promover suporte para subsistência material e cultural de parcela significativa da comunidade carente do Município de Três Corações e região.

Com programas de apoio efetivo a gestantes, crianças, jovens, enfermos e idosos, a entidade realiza papel relevante e ajuda a inserir na sociedade pessoas sem recursos econômicos.

A entidade também opera planejando e coordenando ações conjuntas com outras instituições semelhantes por meio de convênios e campanhas. Assim, procura ampliar sua participação no processo do desenvolvimento da camada desassistida da sociedade de Três Corações.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.303/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.315/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado João Bittar, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Nova Esperança - AMBNE -, com sede no Município de Tupaciguara.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação dos Moradores do Bairro Nova Esperança tem como objetivos desenvolver ações sociais, educativas, esportivas e culturais; promover campanhas de arrecadação e distribuição de gêneros alimentícios, agasalhos e medicamentos; desenvolver atividades com o intuito de conscientizar o associado sobre os seus direitos e deveres como cidadão; e promover ações de proteção à saúde da gestante, da criança e do idoso.

Nada mais justo e conveniente, portanto, que outorgar-lhe o título de utilidade pública como forma de motivá-la a dar continuidade ao seu dignificante trabalho.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.315/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.316/2003

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Laudelino Augusto, o projeto de lei em tela pretende seja declarada de utilidade pública a Associação de Diabéticos e Hipertensos de Virgínia - ADHIV -, com sede nesse município.

A matéria foi examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Associação de Diabéticos e Hipertensos de Virgínia, fundada em 3/6/2000, atua com o objetivo de melhorar a condição de vida do diabético e do hipertenso, conscientizando-os sobre a importância de um tratamento adequado. Aos associados, especialmente aos mais carentes, proporciona assistência social por meio da distribuição de alimento, agasalhos, medicamentos e da assistência médico-hospitalar, bem como de quaisquer outros benefícios que possam garantir-lhes a subsistência.

Como órgão técnico e consultivo, a referida entidade colabora com o Estado e com o município no estudo e na erradicação das doenças.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.316/2003 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Ricardo Duarte, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.317/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Laudelino Augusto, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Serviço Social Irmã Maria Ana Sala, com sede no Município de Muriaé.

A proposição, publicada no "Diário do Legislativo" de 18/12/2003, foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em análise vem cumprindo suas finalidades estatutárias, pois presta inestimáveis serviços à sociedade, traduzidos na recuperação de crianças de rua e na orientação às mães carentes dessas crianças.

É para o resgate da cidadania desse segmento da população que o Serviço Social Irmã Maria Ana Sala direciona sua ação, trabalhando para a formação do caráter e o encaminhamento de número significativo de crianças de rua da comunidade de Muriaé e região.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.317/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Marília Campos, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.318/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Laudelino Augusto, o projeto de lei em questão pretende declarar de utilidade pública a Guarda Mirim Centro de Aprendizagem de Monte Sião, com sede nesse município.

A proposição, publicada no "Diário do Legislativo" de 18/12/2003, foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Guarda Mirim Centro de Aprendizagem de Monte Sião vem cumprindo seus objetivos estatutários ao promover condições para uma boa formação dos jovens que assiste, em sua maioria carentes. Provê assistência médica, odontológica e psicológica e, ao mesmo tempo, prepara os jovens para atividades culturais, educacionais e esportivas, a fim de facilitar-lhes a inserção social.

Ao oferecer cursos de informática, turismo, administração básica, caratê e culinária, a entidade não só cria condições de aprendizado, mas também estimula o senso de disciplina e a responsabilidade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.318/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Marília Campos, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.325/2003

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria da Deputada Maria Tereza Lara, o projeto de lei em tela pretende declarar de utilidade pública o Centro Infantil Pedacinho do Céu, com sede no Município de Betim.

Publicada no "Diário do Legislativo", de 19/12/2003, a proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em análise cumpre seus objetivos estatutários prestando assistência a crianças de famílias carentes, de 6 meses a 7 anos de idade.

Ao proporcionar abrigo, condições de saúde, alimentação, educação e ensinar preceitos básicos de higiene, a entidade educa as crianças para a cidadania, ajudando a sociedade de Betim a solucionar problemas sociais.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.325/2003.

Sala das Comissões, 30 de março de 2004.

Alberto Bejani, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/3/2004

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de me dirigir hoje a este Plenário, apesar de estar, como muitos de nós, contaminada por desfavorável gripe, que parece destruir nossa resistência quando pensamos em construir um País melhor. Amanhã, 25 de março, meu partido, o Partido Comunista do Brasil, completa 82 anos. Coincidentemente, o Clube Atlético Mineiro também faz aniversário. Com os atleticanos, com os cruzeirenses, com os nova-limenses, queremos compartilhar a alegria de integrar o partido mais antigo do Brasil. O PCdoB enfrentou, ao longo de sua existência, inúmeras dificuldades, preconceitos e deformações quanto ao que representa verdadeiramente. Nestes 82 anos, viveu na legalidade apenas 21 anos. Sessenta e um anos foram vividos na completa clandestinidade, com a maioria de seus integrantes e dirigentes sofrendo a mais absoluta perseguição política, sem poder dizer ao povo brasileiro a que tinham vindo, a que se propunham. Ele viu, muitas vezes, deformadas suas idéias e convicções. Muitos podem perguntar por que um partido que tem 82 anos, que viveu a maior parte deles na clandestinidade, ainda sobrevive. Que méritos ou equívocos formaram essa história de luta e resistência? Quero dizer aos Deputados e aos mineiros que nos vêem que esse partido sobrevive porque tenta expressar, incorporar e representar os anseios e sofrimentos daqueles que trabalham e constroem a riqueza deste País. Esse partido tem uma longa história de acertos e alguns equívocos, como todos nós em nossa história. Na sua história, representa a luta do povo brasileiro, buscando conduzi-lo ao desenvolvimento, ao progresso sem exploração. Essa sociedade foi formada a duras penas. Aqueles que trabalham devem e poderão ver representados, no poder, suas lutas e sofrimentos.

Muitos dizem que o Partido Comunista está falido porque as sociedades comunistas mais expressivas interromperam sua experiência, como a poderosa União Soviética. Reconhecemos nossa vitoriosa experiência da construção de um país socialista na União Soviética, interrompida não porque os ideais socialistas deixaram de ser necessidade na sociedade contemporânea, mas porque alguns erros foram cometidos na visão do desenvolvimento dessa sociedade. Muitos acertos foram motivo para que a União Soviética alcançasse o desenvolvimento tecnológico, inclusive disputando com os Estados Unidos, a maior potência do mundo capitalista.

Vivíamos num mundo bipolar. Por causa dessa bipolaridade, do equilíbrio de forças, conseguimos um mundo com possibilidades de desenvolvimento pacífico. O fim dos países socialistas levou à unipolaridade, fazendo com que o mundo vivesse sob o terror ora da invasão imperialista dos povos sofredores, ora do terrorismo nefasto. O Partido Comunista do Brasil, que visa uma sociedade socialista, sabe que não se muda uma sociedade com um partido ou com um grupo de partidos ou de iluminados. Essa definição deve representar a adesão dos homens e das mulheres deste País a um projeto novo. E só se chega lá se realizarmos nossas tarefas contemporâneas, desafiadoras, tarefas do Brasil da nova fase, do Presidente Lula. Como romperemos as algemas e as barreiras que se contrapõem ao desenvolvimento soberano? Como nos libertarmos da hegemonia absoluta da agiotagem internacional que sufoca o desenvolvimento e retomarmos os caminhos de um desenvolvimento sustentável?

Sabemos que não é fácil nos libertarmos dessas algemas que levaram a América Latina a uma situação de falência absoluta, a ver crescer sua miséria e sua instabilidade, que há pouco tempo vimos irromper com insurreições na Argentina, na Bolívia, no Equador, no Peru e em outros países. O Brasil enfrenta o dilema de se libertar desse processo, criando possibilidades de construção de projeto nacional, objetivando o desenvolvimento de sua indústria, a retomada de sua infra-estrutura, tão precária, e o crescimento do mercado interno. O projeto do Brasil não pode ser construído ou desenvolvido apenas com capitais internacionais, sem controle do fluxo de capitais. Não podemos permitir que assaltem as riquezas do Brasil, passem um mês ou dois pululando na nossa Bolsa e levem a riqueza produzida pelos nossos trabalhadores.

Segundo um documento recentemente lançado pelo PCdoB, a paciência dos trabalhadores e dos empresários está chegando ao fim. É necessário unirmos convicções, forças de diferentes partidos.

Na sociedade brasileira, toda e qualquer virada histórica necessitou de uma coalização de partidos heterogêneos, que se somaram num esforço comum para superar o atraso. Isso ocorreu na escravidão, na conquista da independência e da república, na Revolução de 30, na redemocratização de 1946 e no fim da ditadura militar. É necessária essa coalização de forças, mas para que, caras Deputadas e Deputados? Para, exatamente, conseguirmos fazer com que se retomem os investimentos públicos neste País, para que eles sejam feitos em áreas que gerem empregos e que possibilitem aumento de renda. Esse crescimento é necessariamente o crescimento da arrecadação dos Governos e das administrações públicas, a ampliação da arrecadação do comércio, o fortalecimento da produção industrial. O desenvolvimento e a criação de empregos é, sobretudo, um ciclo positivo. É nesse projeto que o Partido Comunista do Brasil, que neste ano completa 82 anos, se incorpora e tenta investir todos os esforços.

É evidente que o Governo Lula - que recebeu uma herança de dez anos, que teve de enfrentar a desestruturação industrial e da infra-estrutura, a redução dos investimentos públicos, em nome desta máquina que nos cerceia, o endividamento externo - herdou algo difícil de ser levado à frente. É dentro dessa trajetória que o PCdoB considera que, nos marcos do Governo Lula, com a união de forças de todos os que se interessam por tirar este País da paralisia econômica em que se encontra, com este 0,5% de crescimento, um novo tempo precisa ser construído. Esse novo tempo se constrói em torno de um projeto político que não interessa só às forças que integram o Governo hoje. Atualmente, mesmo as forças da Oposição estão pagando, fora do Governo, as dificuldades de um projeto que ajudaram a construir e sabem o quanto está sendo doloroso pagar esse endividamento, arcar com uma herança que nos levou a uma situação em que elas mesmas, nos Governos Estaduais, estão sofrendo. É exatamente por isso que fazem oposição, muitas vezes de forma não coerente com a origem do processo que estava em curso, que é a origem do modelo pelo qual são responsáveis. Sabemos que, nos setores da Oposição, há consciência de que não é mais possível continuar com esse modelo.

É dentro desses marcos que queremos compreender e fazer um apelo a todos os interessados em construir um projeto de desenvolvimento, alicerçado na coragem de tentar discutir a reestruturação da dívida, de tentar rebaixar o superávit que não agüentamos pagar, com a manutenção da relação dívida-PIB, mesmo com a ampliação do superávit.

O Partido Comunista do Brasil, exatamente por isso, comemora seus 82 anos com a certeza de que os desafios são muitos e de que os riscos de retrocessos também são. Se não tivermos a capacidade de unir forças; se o povo, os trabalhadores não forem às ruas para arrancar as conquistas mais elementares, poderemos ter um retrocesso e voltar para o modelo anterior, tão nefasto para o nosso povo. É por isso que estamos comemorando, mas conscientes desse desafio. Incorporamo-nos ao projeto do Governo Lula, sabendo que, dentro desse Governo e na sociedade, há uma disputa entre os que querem a continuidade e os que querem lutar pela mudança.

Queremos, dentro desse espírito, reforçar nossas convicções e convidar todos aqueles que querem se unir a esse projeto, para, juntos, tentarmos avançar.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Querida, Deputada Jô Moraes, cumprimentar, na sua pessoa, todos os militantes, os dirigentes que ajudaram e ajudam a construir o Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Parabéns-os pelo aniversário, pela trajetória de apoio às lutas populares e sindicais pelas liberdades democráticas, pela redemocratização do País e, agora, junto conosco e com outros partidos, pela reconstrução de um Brasil para todos.

Em Belo Horizonte existe uma trajetória de parceria entre o PCdoB e a Câmara Municipal, desde o Vereador Sérgio Miranda, hoje um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, e, posteriormente, com a Vereadora Jô Moraes e o Vereador Paulão, que lá continua. O mesmo ocorre com o Governo Municipal, desde o ex-Prefeito Patrus Ananias. A regional onde resido é muito bem administrada pela Secretária Regional Dalva Estela. A parceria continua com os militantes do Alto Vera Cruz, do Taquaril e com o movimento dos servidores da Prefeitura. Sou testemunha da seriedade, garra, determinação e lucidez teórica da militância do PCdoB. Espero que as energias se redobrem nestas comemorações de mais um aniversário, porque os desafios são muitos. Parabéns.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Jô Moraes, não poderia deixar de parabenizar as direções nacional e estadual e a militância aguerrida do PCdoB pelos seus 82 anos. Elogio a postura adotada pelo partido na história política do País, especialmente na mais recente. O PT, desde sua fundação, tem sido aliado do PCdoB não apenas nos processos eleitorais, mas também numa estratégia de construção de um país socialista. Rosa de Luxemburgo, numa profecia dialética, disse que deveríamos lutar pelo socialismo ou o mundo acabaria em barbárie. O aspecto mais crucial e devastador do capitalismo é a guerra entre os povos e a desesperança.

Embora o caminho seja difícil, é preciso construir o socialismo. Somente assim teremos uma sociedade de iguais, de justiça social e de não-exploração do homem pelo homem. É a única esperança que temos para barrar essa barbárie e construir um mundo melhor. O PCdoB, juntamente com outros partidos de esquerda do mundo, incluindo o PT, está em busca de experiências históricas que os operários e os povos do mundo alcançarão um dia. Parabéns.

A Deputada Jô Moraes - É muito alentador saber que em diferentes partidos, em diferentes correntes políticas, nos mais diversos países, os ideais socialistas não morreram. Quando Rosa de Luxemburgo, no início do século passado, dizia que era o socialismo ou a barbárie, não

imaginava que chegaríamos a um tempo em que o terror de diferentes conotações atingiria crianças, mulheres, inocentes e trabalhadores que vão para seu trabalho imaginando que podem, distantes da política, enfrentar a vida com tranquilidade. O capitalismo gerou esse monstro selvagem que leva a guerra para um lado e o terror para o outro.

Esse ventre, que gerou o terrorismo e o militarismo, é exatamente o mesmo que gera a violência cotidiana, as discriminações e a exclusão social, que deixam milhões e bilhões de trabalhadores sobre a Terra sem alternativas.

Deputado Rogério Correia, sentimo-nos felizes por alimentar os ideais de uma sociedade socialista. Ela não está tão próxima no horizonte. Mas sabemos perfeitamente que a humanidade só se transforma, avança, progride e dá o melhor de suas energias transformadoras, até mesmo com a sua própria vida e com seu próprio sangue, se estiver motivada por algo superior e novo, que não seja apenas a luta para diminuir a exploração. O sentido é exatamente reafirmar esses ideais e saber não só que ainda levará algum tempo para serem alcançados, mas também que exigem de nós essa cotidiana luta nas ruas, no trabalho, nas escolas, nas invasões, nas ocupações de terra. Alimentados por essa luta social e somados a esse projeto maior de Brasil, construiremos um país que atenda aos ideais de liberdade pelos quais tantos deram a vida e com os quais nos comprometemos. Quer dizer, um país que traga isso para o futuro dos nossos filhos e netos. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados e telespectadores da TV Assembléia, inicialmente, por meio da grande companheira Deputada Jô Moraes, cumprimento o PCdoB pelo aniversário de 82 anos que fará amanhã. Esse partido tem contribuído muito para a transformação da sociedade brasileira. Sinto-me extremamente orgulhosa por estarmos juntos no Governo Federal. O PCdoB tem grandes lideranças. Sabemos do projeto democrático popular defendido por esse partido. Historicamente tem contribuído para que o País contraponha-se ao neoliberalismo e cerque todo esse trabalho de desmonte do Estado brasileiro com as privatizações. Agora põe o nosso País num novo rumo.

De público, cumprimento as companheiras e os companheiros do PCdoB. O combatente Vereador Geraldo Pimenta, que representa o PCdoB, tem contribuído muito para o desenvolvimento de Betim, juntamente com a nossa Bancada do PT, a fim de construir esse mesmo projeto.

Registro que protocolaremos nesta Casa projeto do Estatuto Estadual da Igualdade Racial, lembrando o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, comemorado no dia 21.

Em 1997, a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu, por meio da Resolução nº 52/111, realizar a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. A conferência mundial, que aconteceu em Durban, na África do Sul, entre 31/8 e 7/9/2001, foi um marco na luta pela erradicação de todas as formas de racismo, exigindo um forte mecanismo de acompanhamento para examinar se os governos vêm cumprindo os compromissos acordados. A conferência mundial foi uma oportunidade única para criar uma nova visão mundial de luta contra o racismo no século XXI e enfocou medidas práticas e ações voltadas para erradicar o racismo, incluindo prevenção, educação e proteção contra o preconceito e a intolerância.

Em 1998, a Assembléia Geral da ONU decidiu proclamar 2001 como o Ano Internacional de Mobilização Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Essa decisão visou contribuir para chamar a atenção mundial para os objetivos da conferência: impulsionar e ampliar o compromisso político para a eliminação do racismo e da discriminação racial.

Refletindo as principais preocupações dos últimos anos, a conferência mundial também enfocou a prevenção da discriminação racial e dos conflitos étnicos, o fenômeno amplamente difundido da xenofobia e a dupla discriminação. De fato, muitas vítimas de discriminação racial também sofrem preconceito baseado em gênero, deficiência ou idade.

Outro tema enfocado foi a convenção internacional para eliminação de todas as formas de discriminação racial, peça central da ação internacional de combate ao racismo. O tratado, adotado pela Assembléia Geral da ONU, em 1965, foi ratificado por 155 Estados. Entre os objetivos principais da conferência mundial, estão estimular sua ratificação universal e promover o reconhecimento do Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial como instância superior para receber e agir, no que diz respeito a denúncias de indivíduos que alegam ser vítimas de violação de qualquer direito definido na convenção.

No último dia 21 de março, foi comemorado em todo o Brasil o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial. Essa discriminação tem trazido a muitos de nossos irmãos os mais cruéis sofrimentos.

Apresentamos hoje, nesta Assembléia Legislativa, juntamente com o companheiro Deputado Biel Rocha, projeto de lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial no nosso Estado, com o objetivo de combater a discriminação racial e as desigualdades que atingem os cidadãos afro-brasileiros residentes em Minas Gerais. Estamos agindo em sintonia com o companheiro Senador Paulo Paim, que também tem um projeto de sua autoria tramitando no Senado Federal, o qual, após aprovado e sancionado pelo Presidente da República, contribuirá, em todo o País, para eliminar a discriminação presente em nossa sociedade.

Minas Gerais não se furtará a esse propósito. Conclamamos a todos os Deputados e Deputadas desta legislatura para unirmos esforços, a fim de que esse projeto seja aprovado e possamos estabelecer uma política realmente inclusiva que torne respeitados os direitos dos nossos irmãos afro-descendentes.

Esse projeto deverá ser amplamente discutido com todas as entidades que trabalham para erradicar o racismo e qualquer forma de discriminação. Faremos audiências públicas e reuniões para que o projeto, quando aprovado, esteja de acordo com as discussões já acumuladas dos movimentos que combatem qualquer tipo de discriminação.

Nesse projeto de lei, incluímos o sistema de cotas para as nossas universidades e abordamos a questão da saúde, em que as doenças prevalentes na população afro-brasileira recebam as medidas preventivas e o adequado tratamento; abordamos o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à liberdade de consciência, à crença e ao exercício dos cultos religiosos; e a questão da terra e a do mercado de trabalho, entre outras.

Queremos, com este projeto de lei, resgatar um compromisso histórico de Minas Gerais, que tem em sua história uma exploração dos afro-descendentes, sem medidas. Esse é o nosso objetivo. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputada Maria Tereza Lara, cumprimento-a pelo pronunciamento e também pela apresentação, junto com o Deputado Biel Rocha, de um dos mais importantes projetos que tramitam nesta Casa, nesta legislatura. Trata-se do Estatuto da Igualdade Racial. No Brasil, a questão dos direitos precisa, de fato, de uma vigilância cotidiana.

Veja, Deputada, que, no domingo, a imprensa veiculou uma denúncia muito grave. Na cidade de Betim, famílias com crianças e adolescentes lutam pela sobrevivência, buscando refugos na área industrial da cidade. Peneiram areia em busca de refugio de alumínio para os ferros-velhos da região. Há crianças expostas a trabalhos insalubres, queimando-se ou arriscando as próprias vidas quando atravessam vias movimentadíssimas.

Como membro da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente, daqui a pouco, às 16 horas, faremos uma visita ao galpão de dejetos das indústrias da região, juntamente com a Delegacia Regional do Trabalho, com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Betim e com o Conselho Tutelar. Para tanto, convido a virem conosco as Deputadas e os Deputados desta Casa. Se é necessária uma fiscalização para impedir o trabalho infantil, se se trata de uma área privada, propriedade particular, e se possui regras para a entrada, somente a fiscalização ou a segurança não resolverão o problema. Trata-se de uma questão eminentemente social. Aquelas 100 famílias da cidade de Betim precisam ser incorporadas, com urgência, a programas sociais: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Bolsa-Família. E isso deve-se dar em uma parceria que envolva municípios, Estado e União. Não adianta simplesmente coibir o trabalho infantil. A coibição é necessária, sim, pois não é justo que crianças fiquem lá até de madrugada, no meio de poeira, da areia, do ferro, do alumínio e de objetos quentes que as queimam. Esse caso fere nossa própria consciência e traz-nos indignação. Não é possível que em uma cidade tão próxima a BH ainda ocorram fatos como esse.

É importante, então, unirmos esforços, a fim de que essas famílias se convençam de que estão expondo suas crianças a um trabalho insalubre; mas não adianta as convenceremos com palavras e, depois, voltarmos para nossas confortáveis casas, enquanto aquelas famílias ficam sem seu ganha-pão. Por isso, essa visita que faremos daqui a pouco é tão importante. Haverá também uma reunião amanhã que será promovida pela Prefeitura e pela Secretaria de Assistência Social junto com o Ministério Público e os Conselhos. Mais uma vez, então, convido todas as Deputadas e todos os Deputados para irmos, às 16 horas, à área industrial de Betim. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Agradeço por suas palavras de incentivo, nobre Deputado André Quintão. Como membro da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e como moradora da cidade de Betim, comparecerei a essa visita. Temos acompanhado todo o trabalho feito nessa cidade durante oito anos de políticas públicas, quando se encontravam na Prefeitura representantes do projeto democrático-popular. Sabemos que Betim é uma cidade cuja arrecadação gira em torno de R\$500.000.000,00 por ano. De fato, é importante que o poder público tome medidas imediatas para que essas crianças tenham o direito à vida garantido. Sabemos que o Governo Federal tem o bolsa-família. É fundamental que a sociedade acompanhe, execute o controle social das políticas públicas, para que esses recursos cheguem a essas crianças, a essas famílias, que não possuem renda familiar suficiente para educar seus filhos.

Reforçamos esse convite aos Deputados e às Deputadas que desejarem estar conosco na visita e queremos cumprimentá-lo também pela condição de Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente.

Com referência ao Estatuto da Igualdade Racial, será que os brancos poderiam dizer "nós, brancos"? Não sei se no Brasil há o branco propriamente dito. Somos produto de uma miscigenação de raças. Acredito que não há pessoas verdadeiramente brancas no País, e sim muitos negros e pessoas que são conseqüências dessa miscigenação.

Nós, que temos a pele clara e de certa forma representamos os brancos, temos uma dívida social com os negros no País. Sabemos o que os antepassados dessa raça, os escravos, já contribuíram para a economia do País. Deram sua própria vida sem terem seus direitos garantidos, e até hoje os negros não os têm. São minoria nas universidades, recebem salários menores que os brancos, e as mulheres negras são mais discriminadas.

O estatuto visa a garantir que os negros tenham os mesmos direitos como ser humano. O projeto, desta Deputada e do companheiro Biel Rocha, visa a garantir que no Brasil a nossa sociedade seja justa, fraterna e igualitária. Ele ainda não está pronto. Trata-se de uma proposta inicial para ser amplamente discutida na Casa, e também com os movimentos sociais que representam a organização do povo negro no Estado e a defesa dos seus direitos. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Marília Campos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Deputados Sidinho e Célio Moreira, hoje, pela primeira vez, estive num evento quando percebi que Minas tem muito que comemorar. O Governador Aécio Neves fez um discurso falando que a lógica de sua administração se baseia no tripé que procurará trazer o desenvolvimento econômico e social ao nosso Estado. Levar o asfalto a mais 223 municípios, saneamento básico e o projeto Clarear para Todos irá garantir a iluminação a todos os municípios que não a têm, no Estado.

Trata-se de um projeto audacioso. Fico mais feliz ainda porque não só temos esse investimento do Governo do Estado, mas teremos também o Governo Federal. O projeto Clarear para Todos é do Governador Aécio Neves, e o do Governo Lula é o Luz para Todos, também para todos os municípios. Não consegui entender de onde vem os recursos para Minas Gerais. Essa questão não foi abordada principalmente com referência ao projeto Clarear para Todos.

Quanto ao asfalto, foi dito pelo Governador Aécio Neves que os recursos virão do BIRD, do PPP, da CODEMINAS e do convênio que o Governo do Estado irá usufruir em virtude da reforma tributária, que é o dinheiro da CIDE.

Minas tem muito que comemorar, mas, particularmente, gostaria de compreender melhor a origem dos recursos. Devo dizer obrigada e elogiar a postura do Governo Aécio Neves, que traz esse investimento; porém é necessário reconhecer o papel do Governo Federal, pois, pela primeira vez, vemos um investimento feito pelo Governador, com grande empenho. Hoje a CIDE, por exemplo, garante os recursos para o asfalto em Minas.

Há informações de que virão R\$80.000.000,00 para o setor de saneamento básico no Estado. Desses, R\$72.000.000,00 são garantidos pela Caixa Econômica Federal - CEF -, por meio do FGTS, e R\$8.000.000,00 provenientes do Governo Estadual. Na hora de cobrarmos os investimentos do Governo Federal, é importante saber que estão embutidos em boa parte dos recursos anunciados pelo Governo do Estado. Fico feliz pela fatura de investimentos em Minas. É lógico que ainda há muitos problemas sociais, mas as verbas irão garantir mais qualidade de vida, desenvolvimento econômico e empregos.

Ontem, protocolei dois projetos nesta Casa. O primeiro busca a garantia de proteção aos usuários do serviço público em Minas. Hoje, o PROCON protege os consumidores. Entretanto, não há nenhum sistema de proteção para o usuário do serviço público. Desde quando Mário Covas era Governador, há leis aprovadas em São Paulo prevendo esse sistema e garantindo uma proteção mínima ao cidadão, caso seja acionado. Deputada Maria Tereza Lara, como parlamentar ligada aos direitos dos consumidores, espero seu apoio para a proteção do usuário do sistema público. Há muitas reclamações em áreas como saúde e educação, e muitas ações arquivadas nas gavetas do Judiciário. O usuário não tem a quem recorrer. Além de prever o sistema de defesa, o projeto conta com a Ouvidoria do Estado para o recebimento de reclamações.

O segundo projeto trata da mulher. Deputada Ana Maria Resende, a bancada feminina protocolou um projeto de cotas para ampliar a participação da mulher. Esperamos que o Deputado Mauri Torres implemente uma nova resolução para garantir uma Mesa mais democrática,

com a participação de, no mínimo, 30% de mulheres em sua próxima eleição. Para isso, precisaríamos de modificação regimental.

Lerei alguns números que revelam participação ainda pequena das mulheres. Deputados e Deputadas, nas 17 Secretarias de Estado, temos apenas três mulheres; na direção das nossas 18 autarquias e 15 empresas estatais, não há nenhuma mulher; das 15 fundações, apenas quatro são dirigidas por mulheres; dos 11 órgãos autônomos, apenas três são dirigidos por mulheres; não há mulher no Conselho de Administração do BDMG; dos sete membros da Diretoria Executiva da CEMIG e dos 14 membros do Conselho de Administração da CEMIG, apenas uma mulher em cada; dos seis cargos de direção da FAPEMIG, apenas uma mulher. Embora haja 50% de mulheres eleitoras em nosso Estado, assim está nossa representação nos cargos das Secretarias. Por mais que tenhamos avançado nesta Casa, dos 77 Deputados apenas nove são mulheres. De fato, há avanço. Entretanto, aquém do que temos no mercado de trabalho.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte) - Quero parabenizar a Deputada Marília Campos por falar no reconhecimento da mulher. Pensando nisso, protocolei requerimento, na semana passada, solicitando que, em homenagem ao Ano Internacional da Mulher, fosse dada preferência nesta Casa aos projetos que tratam da mulher, da sua vida, dos benefícios que ainda precisa adquirir neste Estado. Espero que esse requerimento seja motivo para que todos os projetos de lei e requerimentos, hoje em tramitação, sejam passados à frente e avaliados.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco (em aparte) - Deputada Marília Campos, gostaria de parabenizá-la pelo seu trabalho nesta Casa e por encabeçar movimento sobre a mulher. Hoje, percebemos que a mulher conquista seu espaço. Temos aqui prova disso: as Deputadas, que tanto abrilhantam esta Casa.

Em relação ao encontro de hoje, ocorrido no Palácio da Liberdade, quero dizer que o Estado de Minas nunca viu, em tão pouco tempo, tantos projetos em funcionamento. Temos de reconhecer que o Governador Aécio Neves sempre propôs parceria, base do seu trabalho, e que, em momento algum, deixou de reconhecer a parceria com o Governo Federal, e quanto precisamos dele, já que retém a maioria das verbas. Muitas vezes, o Governador citou a questão do PT e o seu relacionamento com o Presidente Lula; aliás, é importante lembrar que o Governador Aécio Neves foi ao encontro do PSDB nacional para defender a liberdade de escolha e de parceria no âmbito municipal em relação às eleições. Portanto, o Governador tem demonstrado respeito em relação ao Governo Federal, provando que a parceria funciona, tem tudo para dar certo. Em momento algum, deixo de citar o empenho do Governador e de ressaltar que nós, Deputados, tanto os de base como os de oposição, estamos demonstrando as condições de mudança do Estado de Minas Gerais. Temos apresentado projetos que reafirmam nossa parceria com o Governo Federal. Obrigado.

A Deputada Marília Campos* - Agradeço ao Deputado Sidinho do Ferrotaco. Considero importante salientar que fui uma das primeiras a reconhecer que tínhamos, hoje, motivo para comemorar. Contamos com os investimentos feitos pelo Governo do Estado e também pelo Governo Federal. Quero ressaltar mais uma vez que, por causa da reforma tributária - tão criticada, até mesmo por vários Deputados desta Casa, pela centralização e, até mesmo, pelo aumento de impostos que poderia provocar -, estamos tendo desconcentração da arrecadação e mais recursos para Minas Gerais.

Foi preciso que o Governo Lula trouxesse essa mudança benéfica para Minas Gerais.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputada Marília Campos, quero cumprimentá-la pela apresentação desses dois projetos, que vêm em defesa do consumidor e, sobretudo, em defesa do direito da mulher de ocupar espaços de poder. Essa é uma continuação do ato que fizemos no Dia Internacional da Mulher, cujo lema foi "Mulher na política, esta luta é sua". Certamente, durante todo o ano, ações como essa contribuirão para que as mulheres ocupem de fato seu espaço de poder.

Em outubro, haverá eleições, e esperamos que as mulheres de todo o Estado possam ser candidatas e eleitas Prefeitas ou Vereadoras. Esperamos que as que não se candidataram possam contribuir elegendo mulheres para os cargos, não simplesmente por serem mulheres, mas por poderem transformar nossa sociedade em uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

A ação de V. Exa. vai nesse rumo, por isso, quero cumprimentá-la, assim como a todas as mulheres de Minas Gerais, principalmente, aquelas que, anonimamente, contribuem dia a dia para a transformação de nossa sociedade. Há problemas de violência e tantos outros, e a mulher tem uma grande contribuição a dar, sobretudo, quando ocupa espaço de poder, pois tem maiores condições de participar.

Portanto, cumprimento mais uma vez V. Exa. e todas as mulheres do Estado que têm dado sua vida para que tenhamos dias muito mais felizes.

A Deputada Marília Campos* - Agradeço o aparte, Deputada Maria Tereza Lara. Estaremos lutando para eleger o maior número de Vereadoras e Prefeitas, para, de fato, democratizarmos as relações de poder, que ainda refletem a discriminação que vivemos na sociedade.

Embora não tenhamos ainda feito um debate para construir um consenso sobre a necessidade de ter quotas, reconhecemos que houve avanço da participação das mulheres nos países que as adotaram. Ressalto que apenas com a reforma política conseguiremos o real avanço: já não teremos apenas 30%, mas 50% das listas fechadas. Essa é nossa proposta.

As quotas certamente não resolvem o problema da discriminação, mas têm o mérito de promover o debate, pois revelam que precisamos aumentar de fato nossa participação. É importante termos mais mulheres nos postos de comando.

O Deputado José Milton (em aparte)* - Deputada Marília Campos, cumprimento-a por seu pronunciamento, por sua abordagem relevante quanto à participação das mulheres na política e nas eleições, conquistando maiores espaços na vida pública.

Quero fazer também referência ao grande programa que o Governador Aécio Neves lançou hoje no Palácio, na presença de V. Exa. e de muitos outros colegas Deputados. Esse projeto é de muita importância para a inclusão econômica e social, pois 224 municípios estão sendo contemplados com o programa de investimento em pavimentação no Estado. Várias cidades da região do Alto Paraopeba e vale do Piranga estão sendo contempladas: Catas Altas, Italoagó, Galarminha, Senhora de Oliveira, Brás Pires, Senador Firmino, Santana dos Montes, Desterro de Entre-Rios, Entre Rios, Passatempo, etc.

Fazendo referência ao que V. Exa. mencionou sobre recursos, temos de dar as mãos, promovendo parcerias entre os Governos Federal e Estadual e os municípios, para lançarmos programas dessa importância para a habitação, para o saneamento e para a pavimentação. O País, o Estado e essas cidades esperam um programa de cooperação entre os Governos, para que essas obras sejam realizadas e esses municípios sejam contemplados e beneficiados.

Infelizmente, essas cidades mencionadas, no período das chuvas, ficam isoladas. Qual empresa investirá em uma cidade que fica praticamente isolada durante quatro a cinco meses por ano?

Esse programa é muito importante. O Governador Aécio Neves e o Governo Federal estão de parabéns. Cabe a mim ressaltar a abertura, o desprendimento e a posição de estadista do nosso Governador, demonstrando ser um homem preparado para servir à causa pública, o qual, embora seja de partido diferente do partido do Presidente Lula, está aberto a receber todos os investimentos que o Governo Federal possa realizar em Minas Gerais em prol do povo mineiro.

O nosso Presidente foi muito bem votado no Estado. Com o direcionamento para Minas Gerais desses recursos provenientes de parcerias entre o Governo Federal, o Governo do Estado e os municípios, o Presidente faz justiça à contribuição que o povo mineiro deu à sua eleição. Em se tratando de uma república federativa, em que a União recolhe praticamente 2/3 dos impostos que nós, cidadãos, pagamos, é justo que o Estado receba recursos de qualquer natureza e de qualquer origem.

O povo mineiro está de parabéns. Acredito que essa região, em três anos, com a conclusão desse programa de asfaltamento e de pavimentação e com a inclusão desses 224 municípios, terá um imenso avanço social e econômico de desenvolvimento. Com certeza, essa será a grande obra já realizada em Minas Gerais, não apenas relativamente ao setor da pavimentação, mas também ao desenvolvimento, da inclusão social e da alternativa de crescimento e de progresso para esses municípios.

Parabéns a V. Exa. pela abordagem dessa questão.

A Deputada Marília Campos* - Obrigada pelo aparte. Exporei mais duas questões. A primeira diz respeito à sua fala, Deputado. É importante para o Legislativo mineiro a adoção da postura de reconhecimento desse grande investimento que Minas terá tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal, e de uma postura mais atenta de fiscalização desses investimentos, porque o povo deseja a obra iniciada e concluída. Teremos o papel fundamental de acompanhar essas obras.

A segunda questão é a seguinte. É importante que o Legislativo reconheça também o papel do Governo Federal, que, mesmo não tendo um Governador em sua base aliada, não discrimina Minas Gerais. Pelo contrário, nosso Estado conta com o investimento do Governo Federal que o seu povo merece.

Peço o apoio de todos os Deputados a esses dois projetos, em particular, Deputada Ana Maria Resende, a esse projeto de cotas, que, para nós, é muito caro. Não estamos aqui porque o espaço foi concedido, mas porque o conquistamos. Enquanto mulheres, temos de incentivar as nossas companheiras a estarem participando, cada dia mais, da política. Sabemos muito bem que isso não é fácil. O projeto de cotas na administração pública, nos conselhos, nas autarquias e nas empresas visa incentivar a participação das mulheres. Atualmente, há uma cultura de valorização da mulher, mas não bastam os discursos.

Temos de ter políticas públicas que, de fato, materializem essa valorização. Era o que tinha a dizer. Agradeço a atenção e espero contar com o apoio de todas as Deputadas e de todos os Deputados desta Casa para esses projetos que apresento. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Rêmo Aloise; Deputadas e Deputados, utilizando uma abordagem talvez diferente, venho falar do mesmo assunto de que a Deputada Marília Campos tratou, fazendo menção à solenidade de hoje, pela manhã, no Palácio da Liberdade. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, durante o evento, tive a sensação de uma vitória coletiva da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Há muitos meses nesta legislatura, esta Casa discute a necessária recuperação das nossas estradas, assim como a importância da infra-estrutura, em especial rodoviária, para o desenvolvimento econômico do Estado. A esta altura do século, o fato de Minas ainda possuir 224 municípios sem ligação asfáltica é altamente prejudicial para qualquer processo de crescimento econômico. Esta Assembléia, além de debater esse assunto, tendo como referência importante a Comissão de Transporte, presidida pelo Deputado Célio Moreira, aprovou leis importantes não apenas nesta legislatura, mas também nas anteriores. Lembro-me de que, no ano passado, quando da análise do PPAG, aprovamos um dos projetos estruturadores, que era exatamente a ligação asfáltica para 224 municípios. Já relatei aqui que, em viagem a trabalho com o Deputado Mauro Lobo, fiquei sabendo que, na legislatura passada, esta Casa realizou estudo, coordenado por esse Deputado, sobre os municípios que precisavam ser beneficiados com a ligação asfáltica. O Governador, hoje, ao assumir mais uma vez o compromisso de iniciar brevemente as obras nos 42 primeiros trechos, dá uma resposta importante ao povo de Minas Gerais e a esta Casa. Serão 1.260km de extensão, atingindo 1.600.000 mineiros e mineiras. Há alguns dados relevantes: 99% dos municípios beneficiados estão abaixo da média do IDH do Estado, e 88% possuem menos de 10 mil habitantes; portanto, são cidades que precisam dessa infra-estrutura para garantir o processo de recuperação econômica, escoamento da produção e melhoria na área social. Enfim, o asfaltamento significa progresso, se vinculado à justiça social. Já de imediato, 42 trechos rodoviários serão executados ainda em 2004, o que atingirá 124 municípios, sendo que 21 deles, com os projetos licitados, serão atendidos em 2005.

Assim como a Deputada Marília, queria dizer, não para fazer qualquer nível de disputa política, até porque, sinceramente, fiquei muito à vontade hoje no Palácio da Liberdade, porque a iniciativa é boa.

Temos de reconhecer aqui as boas iniciativas. É um bom projeto, uma boa iniciativa. Asfaltamento em 224 municípios é importante. Ter critérios, publicidade dos municípios, e isso foi feito em disquete, e recursos da iniciativa privada também é muito importante. Quem aprovou o PPP foi a Assembléia Legislativa, com votos da Oposição, inclusive. É bom que isso conste do Plano Plurianual, que também foi aprovado pela Assembléia, com voto da Oposição. Os primeiros 42 trechos, de acordo com a informação do Governador, serão com recursos da CODEMIG, que foi aprovada no Plenário da Assembléia, com voto da Oposição. A CIDE é um recurso federal e será utilizada no programa Pró-MG. Além de asfaltamento, teremos a recuperação de 2.500km de estradas, com investimentos de R\$70.000.000,00. Hoje a Assembléia teve uma grande vitória. Há muito tempo luta pelo asfaltamento de suas cidades, de suas regiões. Estamos vendo a vitória do Estado de Minas Gerais. Que bom que o Governador Lula vai participar desse esforço, com os recursos da CIDE. A CIDE vai carrear para o Estado de Minas Gerais R\$158.000.000,00 por ano, num total de R\$600.000.000,00 em quatro anos. No Governo Aécio Neves, teremos R\$450.000.000,00 em três anos, que equivalem praticamente à metade do Pró-Acesso, que custará R\$1.000.000.000,00. Metade desse recurso será arrecadado pelo Estado por meio da partilha da CIDE, imposto que será discutido no Senado para a participação de municípios, que terão também R\$62.000.000,00. Quero dizer que é um bom programa. Ele é necessário para Minas Gerais. As cidades precisam do asfaltamento. Quero dizer que obra inacabada é o fim da picada. Esse é um bom critério, ou seja, começar as obras, Deputado Domingos Sávio, por aquelas que ainda não foram concluídas, que ficaram no meio do caminho, que ficaram na eleição anterior. É muito comum, quem é do interior sabe disso, máquinas nas estradas, às vésperas da eleição. Finda a eleição, se o candidato perde, a máquina vai embora. Às vezes, se o Prefeito não apóia o candidato do Governador, a máquina vai embora também. Outras vezes, a máquina só permanece na estrada no período da eleição. Então, vão concluir obras inacabadas, priorizar municípios pela questão econômica, ter a publicidade dos municípios, fazer a conjugação de esforços, com recursos federais, estaduais, da CODEMIG e do próprio PPP. É muito importante também o programa de parceria público-privada. Quero elogiar a iniciativa de asfaltamento de 224 municípios, porque Minas Gerais tem um plano plurianual que está sendo cumprido, porque iniciativas estão sendo tomadas no tempo adequado. Isso foi muito enfatizado pelo Governo Federal, que não está fazendo discriminação política. O Estado poderá ter um aporte de recursos. Faço isso da mesma maneira como, na semana passada, critiquei a questão das ambulâncias, não pela questão em si, pois acho ambulância muito importante, mas entendo ser mais importante um projeto de saúde que hierarquize e regionalize o atendimento no Estado.

Parabenizo a Assembléia Legislativa. A Oposição aprovou o PPP e a CODEMIG, da qual boa parte é base de sustentação dos Governos do Aécio Neves e do Lula, que tornará disponível R\$450.000.000,00 nos próximos três anos. Aprovamos o plano plurianual. A população mineira e

brasileira almeja integração institucional, projetos sérios, transparência, acompanhamento e melhor qualidade de vida. Recuperação econômica depende de estradas boas, asfaltadas e de qualidade. Tomara que daqui a três anos esse programa esteja completamente realizado; que todo o Estado seja ligado por estradas boas, asfaltadas e com política de manutenção adequada. Como esse é o Brasil que o Presidente Lula quer construir, ele não discrimina nenhum Estado.

Esta Assembléia, Situação e Oposição, em se tratando de matérias de interesse público, coloca Minas Gerais acima de qualquer divergência partidária. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o art. 70 refere-se a comunicações importantes. Este é um espaço apropriado para se trazerem algumas informações relevantes. Não era minha intenção iniciar pelos dois assuntos que se seguem, mas como foram motivo de comentários aqui na Assembléia, quero também externar, juntamente com todas as bancadas desta Casa - inclusive a bancada do PT - meus parabéns ao Governo Federal e o Governo do Estado, por essa grande parceria. Devemos parabenizar os dois governantes, tanto o Presidente Lula, que não discrimina Minas, políticas como o Governador Aécio Neves, que, com seu desprendimento, tem ajudado muito o Governo Federal, seja nos projetos, seja nas grandes definições nacionais, em que pese ao fato de suas políticas serem contrárias. Fica aqui nosso reconhecimento com relação a essas duas grandes figuras do cenário nacional.

Assistimos ontem ao lançamento do programa Minas Ativa, Empresa Competitiva. Ontem, foi esse; hoje, temos o chamado Processo, que foi motivo de discussão realizada aqui. Por isso parabenizamos o competente Governador Aécio Neves, a quem agradecemos por estar realizando todos esses programas importantes para o desenvolvimento do nosso Estado, como foi dito, considerando-se sobretudo as regiões com menor IDH. A infra-estrutura e o transporte são importantes tanto para conduzir pessoas quanto para conduzir a produção. Significam progresso, mais educação, mais produção para os municípios, mais oportunidades para as pessoas, mais empregos e melhores expectativas com relação ao desenvolvimento de Minas.

Nós, da bancada do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste, composta de 11 Deputados e formada no início desta legislatura, agradecemos ao Sr. Governador, porque, desde os primeiros momentos, levamos a ele as necessidades por que passam a região. Hoje foram contemplados Cruzeiro da Fortaleza, Grupiara, Cascalho Rico, Limeira do Oeste - que já está inserida no programa das usinas de açúcar - e Pirajuba, que também faz parte do mesmo programa. Porém, chamo a atenção dos senhores, pois o Noroeste pouco foi contemplado. Esperamos que seja lembrado no próximo lançamento.

Independentemente de fazer parte ou não de gestões passadas, o Governador está dando continuação a obras inacabadas, o que realmente constitui motivo de aplausos. Todavia o nosso Noroeste precisa produzir mais, pois, segundo dados estatísticos, produz atualmente apenas 1,8% do PIB do Estado. Trata-se de uma região que está localizada no eixo Belo Horizonte-Brasília e possui grande potencial, mas precisa sobretudo de energia e estradas, para dar oportunidades à população.

Porém, o principal motivo da minha fala, Sr. Presidente, é comunicar aos Deputados e a todo o Estado de Minas Gerais minha alegria, pois a EPAMIG, da qual sou servidor, depois de décadas tem sua Certidão Negativa de Débito - CND - liberada. Isso é fruto das pendências judiciais e das dívidas trabalhistas com o INSS. A EPAMIG é uma importante empresa, que tem ajudado imensamente todo o Estado, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento tecnológico no âmbito da agricultura mineira. Mas existia essa trava ao seu progresso. Por isso, parabeno a direção da EPAMIG que, junto com o Secretário Odelmo Leão e com o Governador Aécio Neves, fez um magnífico trabalho, a fim de que as dívidas fossem renegociadas. A EPAMIG, hoje, tem sua CND, o que é motivo de alegria para todos nós, visto que, com certeza, a partir desta data, poderá contribuir ainda mais para o desenvolvimento tecnológico e do setor produtivo deste Estado.

Cumprimento ainda a Universidade de Uberaba - UNIUB -, que fez um programa inédito, para o qual chamo a atenção dos senhores. Realizou um tipo de vestibular exclusivo para alunos advindos de escolas públicas. Participaram dele quase 5 mil candidatos, egressos dessas escolas, onde, evidentemente, concentram-se as pessoas mais carentes. Para tanto, reservou nada mais que 1.100 vagas em seus 29 cursos para esses alunos. Qual é o segredo? Cinqüenta por cento no valor da prestação. Logo, se havia quase 5 mil candidatos, quase 4 mil ainda não conseguiram entrar. A procura foi muito grande. Não há recursos públicos, não existe vaga comprada pelo Governo Federal. Por isso, a UNIUB merece os aplausos dos mineiros e dos brasileiros.

A universidade tem o seu ganho porque a inadimplência em toda escola privada brasileira é muito grande, variando de 40% a 45%, porque a população não tem dinheiro para pagar a prestação da universidade.

No caso, a faculdade poderá ter a sua sala com mais pessoas, reduzindo a inadimplência porque a prestação representa apenas 50% do valor de uma mensalidade normal. Espero que isso sirva de exemplo para as demais universidades brasileiras particulares, para que dê mais oportunidade aos alunos. É preciso reduzir o valor das prestações para que mais pessoas possam ter acesso à universidade realizando o sonho de ter o curso superior.

Deixo registrado nos anais da Casa esse voto de congratulações com o programa PROEM, da Universidade de Uberaba, inédito no Brasil.

Sr. Presidente, outro assunto relevante e que me preocupa refere-se a uma correspondência do Secretário José Carlos Carvalho, que dá ciência aos comitês de bacias hidrográficas de todo o Estado de Minas Gerais do seguinte: "Peço a sua especial atenção à Medida Provisória nº 165, do Governo Federal, que foi feita sem nenhuma consulta ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e sem o imprescindível debate com a sociedade no âmbito dos comitês das bacias. Parece tratar-se de uma tentativa de centralizar a arrecadação de recursos na Agência Nacional das Águas".

A grande expectativa dos comitês de bacia é possibilitar o cuidado com nossas águas. Estamos na semana do Dia Internacional das Águas e assistindo ao Governo do Estado fazer a III Semana das Águas, em Minas Gerais, com uma belíssima exposição na Praça da Liberdade. Além disso, a CNBB lançou como tema da Campanha da Fraternidade deste ano as águas.

Os comitês representam a democratização do uso dos recursos hídricos, com toda decisão sobre o uso dos recursos hídricos: se vão para irrigação, para geração de energia ou para usos turísticos. É a sociedade definindo os destinos das nossas águas.

Há grande expectativa, e a Casa tem participado do assunto "água" há décadas. A primeira lei de recursos hídricos surgiu no Brasil nesta Casa. A Assembléia Legislativa não pode calar-se diante da ameaça de centralização de recursos no Governo Federal. Esses recursos devem ser arrecadados pelos comitês, gerenciados pelas agências de bacia. Os 10% que cabem à ANA devem ser repassados pelos comitês e pelas agências. E não ao contrário: a centralização desses recursos em Brasília para depois entrarem no caixa único do Governo. Sabemos que se isso acontecer, esses recursos não serão destinados às bacias hidrográficas de Minas.

Atendendo aos responsáveis pelos comitês da Bacia do Baixo Rio Grande, ao Osmar, ao Brito e a Profa. Wanda, que nos solicitaram, faço esse

alerta a todo o povo do Estado, para que o Governo Federal não consiga o intento de centralizar os recursos dos comitês das bacias hidrográficas em Brasília. Deixem que esses recursos sejam deliberados e decididos por quem realmente está próximo do problema, sob pena de continuarmos com as decisões em Brasília, que, com certeza, não são as melhores. Quem decide bem é a própria sociedade.

Sr. Presidente, outro assunto relevante é com relação às nossas estradas. Estou dirigindo um ofício ao Ministro dos Transportes, Dr. Alfredo Pereira do Nascimento, em que dizemos que não há mais nada a fazer a não ser pedir socorro para melhoria da BR-262, em que passamos praticamente toda semana, sobretudo nos trechos para lá e para cá de Araxá e para lá e para cá de Pará de Minas. Não dá para compreender como se deixa uma estrada chegar a um ponto daquele.

Essa estrada não é o único problema. Há vários trechos longos e com altos índices de produção, entre eles Pirapora-Santa Vitória, região de São Gotardo, Carmo do Paranaíba, Campos Altos-Patos de Minas, cuja estrada simplesmente acabou. Verifiquei com o DER-MG se a responsabilidade era dele, mas informaram-me que é do DNIT. Fica o alerta para o trecho da BR-262, Pirapora-Santa Vitória, passando por Uberlândia e Campos Altos-Patos de Minas, que está absolutamente intransitável. A época da safra está chegando. Se a produção for tirada com a estrada ruim, significará aumento de custo, e, conseqüentemente, inflação ou perda de renda para o País.

No trecho próximo a São Gonçalo do Abaeté, na semana passada, o produtor Inácio Urbano, da Sementes Farroupilha, suspendeu o tradicional "Um dia de campo". Todos os anos, os produtores eram convidados para conhecer novas tecnologias. Segundo sua correspondência, o evento foi cancelado porque não é possível arriscar a vida das pessoas nas estradas. Parabens-o pela decisão, e digo ao Governo Federal que o recurso da CIDE é muito importante. Entretanto, apesar de vir para os Estados e municípios, a maior parte fica no Governo Federal. Que a verba não vá para o caixa único pagar dívida. Devemos honrar nossos compromissos, porém o Brasil precisa, primeiro, cuidar de suas questões internas. O Brasil precisa competir, para isso são necessárias estradas e transporte mais barato, sob pena de a produção ficar inviável para os mercados interno e externo; logo, os recursos da CIDE devem ser, verdadeiramente, usados para cuidar de nossas estradas.

A situação brasileira é preocupante. Todos viram artigos jornalísticos mostrando quanto o brasileiro mais rico está mais pobre, a classe média empobrecida e os pobres mais pobres. Mostrarei alguns números e, ao final, os associarei ao caso de Unai e ao crime organizado, que cresce vertiginosamente neste País.

Dados do IBGE mostram que a renda das famílias brasileiras foi reduzida em 14% de 2002 para 2003. Isso é uma brutalidade. De 1997 até hoje, a perda foi de 25%. Assusta-nos. Entre os 50% mais pobres, a redução do rendimento das pessoas ocupadas foi de 12,5%, entre 1997 e 2002. Entre os 35% mais ricos - classe média e ricos -, as perdas registradas, no mesmo período, foram de 13%.

Queremos os ricos cada vez mais ricos no País, pois riqueza gera riqueza. Assim, o Brasil poderá ter empresas sadias, aumento de produção, podendo essas empresas transformar-se em multinacionais e, até mesmo, em transnacionais, conquistando a América do Sul, a África e a Europa. Temos bons exemplos disso, como o citado pelo Deputado Célio Moreira. Os ricos brasileiros ficarem menos ricos significa que o Brasil está perdendo economia, o que é muito preocupante. É claro que queremos os pobres mais ricos também. Queremos melhor distribuição de renda, mas, quando os ricos começam a ficar menos ricos, até os pobres começam a perder renda, o que nos deixa realmente atônitos.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que há outro dado muito importante: levantamento feito pelo DIEESE revela que, desde 1994, enquanto o custo de vida aumentou 72%, os gastos com a educação e a saúde - itens obrigatórios da cesta de consumo da classe média de qualquer brasileiro - subiram 92% e 147%.

O meu cunhado Paulinho sempre faz reflexão interessante: o trabalhador já paga 27% de Imposto de Renda, evidentemente, respeitadas as faixas. Mas, hoje, o Estado não provê a sociedade de serviços razoáveis. A pessoa tem de mandar o seu filho para a escola particular, porque pressupõe que a escola pública não tem qualidade. Isso não é verdade absoluta, mas esse conceito já foi criado. A pessoa tem de ter plano de saúde, pois, se depender da assistência da saúde pública, não será assistida. A pessoa ainda tem de colocar vigia na casa, no prédio, apesar de a segurança constituir serviço público. Portanto, a sociedade está cada vez mais penalizada, e a classe média, extremamente sacrificada - situação que se apresenta neste momento.

O efeito da renda da classe média desencadeia círculo vicioso, com retração do consumo: setores inteiros da economia ficam estagnados ou encolhem; as empresas diminuem; o desemprego cresce; a renda, evidentemente, cai mais ainda. Ou seja, temos de quebrar esse círculo. Se a classe média, base de compra da sociedade em qualquer país do mundo, estiver comprando menos, evidentemente as indústrias produzirão menos, o comércio venderá menos e aumentará o desemprego. Esse círculo é vicioso e extremamente preocupante para o Brasil.

O grande vilão dessa história é o Estado brasileiro. Hoje, cerca de 40% do PIB são impostos. Ninguém mais agüenta impostos neste País. Estamos satisfeitos com o asfalto, mas será que o povo agüentará pagar os impostos?

Outro dado extremamente preocupante: cerca de 30% do custo de um empréstimo bancário é puro imposto, quer dizer, 1/3 do empréstimo. Qual brasileiro não toma empréstimo hoje? Todos nós recorremos a empréstimo bancário e a cheque especial. E a taxa real de juros no Brasil é uma das mais altas do mundo: 10%. Não estamos agüentando, como sociedade, o peso do Governo, sem contar as taxas, as multas e as tarifas.

Temos um dado muito interessante: a arrecadação federal cresceu 13% no ano de 2003. Houve retração na produção, mas a arrecadação do Governo Federal aumentou, assim como a dos Estados - 14% -, e a dos municípios e do Distrito Federal - 23%. Se o emprego e a capacidade de compra diminuem e a arrecadação do Governo aumenta, em todos os seus níveis, algo está errado. Estamos prestes a ter um colapso, pois a sociedade não agüenta mais.

O cálculo é simples. Se considerarmos os 180 milhões de brasileiros, uma taxa de 0% - a real é de 0,2% negativos, mas arredondaremos para facilitar - e o fato de que o Brasil cresce cerca de 2% ao ano, isso significa que, a cada dia, Deputado Sebastião Navarro Vieira, temos 10 mil novas pessoas querendo seu emprego.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pela análise que faz deste momento de grande dificuldade que vive o Brasil, principalmente em sua economia. Graças a Deus, a inflação, que poderia disparar, segundo as expectativas, não disparou, mas o nível de desemprego e o aumento da carga tributária vêm redundar em um grande sofrimento da população brasileira, dos trabalhadores deste País.

Não sei se V. Exa. tem, em seus dados estatísticos, uma informação que assusta a muitas pessoas: entre os índices de queda da atividade econômica, temos o da queda da venda dos supermercados. Quando o supermercado vende menos, o povo está passando fome, pois ninguém vai comprar alimentos supérfluos para estocar em casa. Houve uma queda expressiva na venda dos supermercados, em um Governo que lançou o programa Fome Zero. Provavelmente, os que passavam fome estão na miséria, como disse D. Morelli, e a classe média vem diminuindo suas compras. De fato, há muitas pessoas passando fome neste País.

Parabéns, Deputado Paulo Piau, por sua análise nesta tribuna, hoje.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço a contribuição de V. Exa., Deputado Sebastião Navarro Vieira. Dentro da mesma linha de raciocínio, lembro que tenho amigos donos de padaria e sei que a retração do consumo de pão tem sido, nos últimos meses, da ordem de 30%. A situação é muito preocupante.

Completando o raciocínio do peso do Estado brasileiro, trago mais dados importantes. Enquanto o Brasil tem quase 40% de impostos sobre seu PIB, constatamos que outros países não fazem o mesmo. Os Estados Unidos são uma referência, com 29%; o Chile, nosso vizinho, com 20%; o México, que tem uma economia parecida com a brasileira, com 17%; o Japão, país rico, com 26%; e a Argentina, com 15%. Portanto, algo tem de ser feito: ou o Governo Federal deve prestar um serviço melhor à sociedade brasileira, diminuindo sua necessidade de suprir o que o Estado não lhe está dando, ou ele deve ter a coragem de fazer nova reforma tributária e fiscal, para colocar realmente a arrecadação dentro dos níveis aceitáveis para um país como o Brasil. Não podemos comparar-nos a países que tudo oferecem à sociedade. Essa é uma necessidade urgente para que o Brasil possa tomar seu caminho.

Trago aqui um fato extremamente preocupante. Pensei se deveria citar o local, mas resolvi não fazê-lo. Estive no Nordeste brasileiro em janeiro. Chegando ao hotel, ninguém nos recomendou que guardássemos nossas bolsas, celulares e carteiras. Ao longo da semana, fomos percebendo que não havia policiais nas ruas, e, no final da semana, disse ao dono do hotel que não estava entendendo a situação, que o lugar não parecia o Brasil, pois não havia roubo de celulares, de carteiras, etc. Ele me respondeu que ali a sociedade organizara-se de tal maneira que um vendia água; outro, cocada; outro, bugingangas; enfim, todos trabalhavam.

Fiquei encantado com essa realidade. Sai espalhando isso. Como uma sociedade organiza-se a fim de criar um ambiente favorável para o turista, porque o Nordeste precisa dele!

Não mencionei o local exatamente pelo que pronunciarei agora, Sr. Presidente. Contando isso em uma roda maior em minha cidade de Uberaba, uma pessoa alertou-me, dizendo: "quem organiza essa sociedade é o tráfico de drogas".

Sr. Presidente, a situação é muito preocupante. A partir do momento em que o crime organizado proporciona segurança para a sociedade e em que o aparato público fica submisso a uma situação dessa natureza, a preocupação passa a ser grande. Isso me assustou, Sr. Presidente, porque estive lá na maior tranqüilidade. As pessoas andavam sozinhas à noite sem nenhum problema. Aquilo parecia ser o paraíso. Mas, ao saber que quem estava por trás dessa realidade era o crime organizado, fiquei assustado. Faço esse registro em tom de alerta, porque as autoridades brasileiras de qualquer governo, seja federal, seja estadual, seja municipal, têm de tomar as rédeas da segurança pública neste País, sob pena de tudo explodir e pegar fogo. Trata-se de uma ameaça à democracia brasileira. Não podemos retroceder. A democracia tem de estar firme, forte e para a frente. Não entendo por que o Governo Federal conta com apenas 6 mil homens na sua Polícia, quando deveria contar com 20 mil; por que o aparato das polícias civis e militares também é tão reduzido e por que os municípios apresentam tanta resistência a criar a sua guarda municipal, já que isso agora é lei. A sociedade pode parecer que está segura, mas, na verdade, está entrando na vala da insegurança, talvez sem perceber.

Deixo o meu alerta, para que revigoremos as nossas energias e para que o Estado brasileiro tome as rédeas da segurança pública no País, pois as está perdendo.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Obrigado, Deputado Paulo Piau, pelo aparte. Com certeza, sua fala apresenta dados precisos que refletem muito bem a realidade do Brasil.

Estava ouvindo o seu pronunciamento, imaginando ser um eleitor, que, por meio da TV Assembléia, estivesse assistindo a um Deputado, com o currículo de V. Exa., apontar uma situação drástica por que passa o Brasil. Ao mesmo tempo, questionava-me. Na verdade, quem está falando é um Deputado, ou seja, alguém em quem votamos para nos representar. Tenho certeza de que o eleitor está atordoado, pensando em que caminho seguir. Essa pessoa pode estar em casa, desempregada, como a maior parte está, podendo ser uma dona de casa ou um jovem. Ao eleger alguém, a pessoa tem a certeza de que está dando uma procuração para que fale em seu nome e encontre soluções para as questões. Queiramos ou não, somos homens públicos, ou seja, detemos o poder político e determinamos como o País funcionará e como a sociedade conviverá no dia-a-dia. A ansiedade desse eleitor deve estar muito grande. Se tiver algum problema de gastrite, o seu estômago deve estar doendo.

Com toda a sinceridade, estou sem saber o que faço aqui. Tudo isso que acontece no Brasil não surgiu de uma imposição. Trata-se de algo gradual, Deputado Paulo Piau. Coloquemos os nossos partidos de lado e conversemos de uma maneira fraterna. Essa situação originou-se dos últimos dez anos de direção do Brasil, com certeza, sem querer ofender, com o apoio do partido em que V. Exa. milita. Essa é a discussão que precisamos ter com a sociedade, isso é o que podemos fazer. Não podemos cobrar que a sociedade se organize, porque, na verdade, as pessoas menos favorecidas não possuem um nível de consciência política a ponto de irem às ruas pressionar. Isso seria o mais correto. A classe média, que é a que mais sofre - e pertencemos a ela - , é egoísta. Cada um se preocupa com a sua vida.

Então, esse desafio cabe a nós. Hoje, nós, homens públicos, temos de encarar a situação, não apenas apontando o que está aí, mas dando encaminhamentos de maneira fraterna e sincera. Pela primeira vez o PT faz parte da história dos 503 anos deste Brasil. Mas não é o governo só do PT, mas o de coalizão, da qual o seu partido faz parte. Temos responsabilidades idênticas. Devemos encará-las, não apenas apontando as coisas, de forma brilhante, como V. Exa. está fazendo, mas também buscando o que pode ser feito no Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa para quebrar esse círculo vicioso. Isso é fruto do capitalismo, que, a cada ano que passa, se torna mais selvagem e possui menos compromisso com a vida. V. Exa. diz que são 40% do PIB de impostos e que países mais ricos não cobram tanto. O Brasil hoje faz parte de uma engrenagem e de uma ciranda financeira internacional em que somos espoliados. Com a nossa pobreza, com a nossa miséria e com o nosso desemprego, mantemos a boa vida dos países ricos, sendo o mais importante deles os Estados Unidos. Realmente, este Governo de coalizão ainda não encontrou uma solução para quebrar esse círculo vicioso. Temos de fazer isso. Independentemente do partido em que milito, vamos colocar os interesses nacionais e a preocupação com a vida, principalmente do povo brasileiro, em primeiro lugar. Vamos encontrar uma solução melhor, em que possamos ter a liberdade de ir e vir. O mais grave, que V. Exa. não relatou, é que essa situação hoje nos torna prisioneiros em nosso próprio País. Cada vez mais precisamos nos isolar do convívio com a sociedade. Conforme mencionado, a cidade a que o senhor foi no litoral só funciona porque o tráfico impôs que assim fosse, para que pudesse vender suas drogas. Olhem aonde chegamos!

Sinceramente, seu pronunciamento de altíssimo nível foi feito por alguém que sabe o que diz. Mas esse não é um conhecimento apenas de V. Exa., mas do seu partido. Vamos potencializar isso para encontrarmos uma solução, para sermos realmente parceiros, porque isso é consequência de uma dívida pública impagável que nos sacrifica cada dia mais. Tenho a certeza de que esse governo de coalizão, do qual o seu partido faz parte, não tem pessoas desonestas que enfiam a mão no dinheiro. Os recursos estão sendo simplesmente transferidos, como em certa época foi encaminhado para Inglaterra e Portugal. Agora, vai para os Estados Unidos! A moeda criada para a catalisar o mercado e servir de auto-ajuda no comércio hoje é um produto de renda. Essa é a realidade do Brasil.

Gostaríamos que mais pessoas, especialmente nós, homens públicos eleitos, que temos a obrigação não só de apontar, mas de encontrar caminhos, fizessem isso principalmente neste momento por que passa o Governo. Está havendo uma disputa muito grande no governo de coalizão, no seu interior, em que, a todo instante, há alguém batendo a cabeça com alguém. Quem perde com isso é a sociedade brasileira e o Brasil, que tanto queremos bem. Parabenizo V. Exa, Deputado Paulo Piau, por sua fala. Torço para que um pronunciamento desse nível se repita em outras Assembléias e no Congresso Nacional, não apenas para colocar os nossos eleitores tensos e apreensivos, mas para que sirva

para que nós mesmos encontremos o melhor caminho e a melhor solução para tirar o Brasil desse círculo vicioso. Obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço a contribuição do Deputado Chico Simões, que enriqueceu a reflexão de quem está nos ouvindo ou tomando ciência do que trazemos a esta Assembléia Legislativa.

Acho que é nosso dever, como representantes da sociedade, fazer análises, pois essas estão embutidas nos anais, nas revistas. Elas são inacessíveis à população de maneira geral. As pessoas mais pobres estão anestesiadas, estão apenas sobrevivendo. Não acredito que vá causar nelas algum impacto. A classe média é mais bem informada, tem capacidade para absorver ponderações dessa natureza. Portanto, é nosso dever trazer essas reflexões. Diagnóstico é uma etapa. Acho que não estou trazendo nenhuma novidade, porque o Brasil inteiro está apreensivo com o que está acontecendo. De maneira nenhuma, Deputado Chico Simões, quis dizer que é responsabilidade do Governo Lula, que tem somente um ano e pouco de duração. Isso é uma herança de 500 anos de ditadura. Estamos vivendo agora o fruto rejeitado desses 500 anos, em que nossas lideranças foram castradas. Por isso, não vamos deixar o crime estragar nossa democracia, nossa liberdade de expressão. Que possam aparecer estadistas, lideranças, nas quais as pessoas possam crer, para que o Brasil tome rumo.

O senhor fala de solução. Gosto muito quando o Presidente Lula fala de reforma do Judiciário. Um dos problemas está aí, pois não há justiça neste País. Quando uma sociedade não tem justiça, ninguém crê em mais nada. Justiça é como a última instância de fé. Posso não ter fé no Legislativo e no Executivo, mas tenho de tê-la no Judiciário. Temos visto, pelos noticiários, que um problema simples permanece por 10, 15, 20 anos no Judiciário. Neste País não se pode fazer negócios, porque não há lei de falência, não há solução rápida. Portanto, não há crédito. Acho que o caminho está certo. Há soluções apontadas.

Além do exemplo do Judiciário, que precisa ser mais rápido e fazer justiça com a classe menos favorecida, quero trazer aqui outro assunto importante. O mundo inteiro está preocupado com o aspecto da ética. Estivemos, nos séculos passados, tentando desenvolver a teoria do ideal, mas, posteriormente, veio Maquiavel, o oposto da ética, o inconveniente, fazendo a coisa dar certo a qualquer preço, reforçando que em política vale tudo, menos perder. É uma fala que coloca a classe política com o "direito", entre aspas, de ultrapassar até os limites da ética e da moral. Precisamos trilhar outros caminhos, ter uma sociedade que creia nas suas lideranças, nos seus governos. Como vamos cobrar ética da sociedade, se a classe política ultrapassa todos esses limites? Os caminhos começam pela própria moralização do poder público. A corrupção ocorre no mundo inteiro. Não adianta sonharmos com um País livre de corrupção, pois onde há homens há corrupção, mas ela tem de ser combatida. Para tal, o Judiciário tem de ser forte. Não basta somente o trabalho do Judiciário, mas a sociedade tem de contribuir, apontando os defeitos. Ela deverá, por meio dos aparatos legais e constitucionais, corrigir os rumos deste País. Há jeito, Deputado Chico Simões. Creio neste País mais do que qualquer pessoa. Sua intervenção foi espetacular. Não estou querendo trazer um discurso pessimista, mas fatos que estão se apresentando no dia-a-dia. A sociedade brasileira é criativa e trabalhadora, mas precisa de lideranças para seguir o caminho correto.

Sua intervenção foi oportuna para eu abordar o caso da morte dos fiscais de Unaí. Solidarizo-me com a comunidade daquela cidade, que ficou atônita com os noticiários da imprensa ao descrever Unaí como insegura e agressiva. Seu povo é trabalhador e ordeiro. Lamento o fato de o crime não ter sido esclarecido. Há várias suspeitas, como a de que foram abordados para serem roubados ou a de que foram pessoas da comunidade.

Em artigo publicado em jornal, Vittorio Mediolli chamou a atenção ao relatar que os fiscais cumpriam seu papel, pois, com a lei na mão, cobraram multa de R\$150.000,00, representando 300ha, uma fazenda grande, algo descabido. Se houve reação por parte de produtores - creio que não -, o motivo foi o confisco de propriedades. Por outro lado, o fiscal estava correto, pois aplicava a lei de acordo com a tabela de valores aprovada pelo Congresso Nacional. Onde está o erro, Deputado Chico Simões? No Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores. Devemos aprovar leis aplicáveis. Entretanto, caminhamos para a elaboração de leis ideais, utópicas, que não têm aplicabilidade. Todos permanecem temerosos com relação ao Ministério Público, cujo papel é cumprir a lei. Antes dele, resolvia-se muita coisa até por intermédio do Executivo. Hoje não se resolve mais nada.

Torna-se necessário cumprir leis, sejam ambientais, trabalhistas ou de outras áreas. Ao imputar a culpa ao Congresso Nacional, no caso de Unaí, chamo a atenção da Assembléia Legislativa, pois precisamos, de fato, buscar soluções para corresponder aos anseios do nosso eleitor. Vamos fazer desta Casa um ambiente de debates produtivos. Ontem, em reunião, criticara que nós, Deputados, vamos para nossa base e abordamos assuntos menos relevantes, e, com nossa influência, mobilizamos a Assembléia Legislativa e sua competente assessoria. Esta Casa tem prioridades, nas quais devemos encaixar assuntos importantes, sejam os nacionais, os internacionais ou os de Minas Gerais. Prioridade é admissível em qualquer lugar. Esta Casa pode ajudar a construir, a rever as leis e a cobrar sua aplicação. Quantas leis elaboradas aqui viraram letra morta? Uma delas é a lei do Fundo de Preservação das Bacias Hidrográficas no Estado de Minas Gerais, de minha autoria e sancionada pelo Governo Itamar Franco, em que não era Oposição. Itamar Franco merece ser citado, pois reconheceu a importância do projeto, que tem consignados, para o orçamento de 2004, R\$49.000.000,00. Por intermédio desses recursos, os comitês de bacia poderiam estruturar-se, entretanto nunca se destinou um único real desse Fundo ao meio ambiente.

Chamo a atenção para o fato de que esta Casa precisa fazer leis reais, e não ideais. É uma mensagem que gostaria de deixar neste discurso. Esta Casa também tem de trabalhar para que o Executivo cumpra as leis que este parlamento aprovou e não apenas fique criando novas e novas leis ou revogando algumas que não deveriam ter sido aprovadas. Se alguma é inaplicável, revoga-se.

Então, temos de trilhar esse caminho, e este parlamento, Deputado Chico Simões, tem de dar o exemplo, a fim de gastarmos menos e darmos uma resposta maior para sociedade, que espera do seu representante um caminho, uma solução para este nosso Brasil.

Repito. Creio, tenho fé e acho que este é um grande País. Haveremos de encontrar o caminho.

Tenho muita fé e esperança de que o Governo Lula dê, principalmente, o tom da ética, da moralidade e do combate permanente à corrupção para a sociedade brasileira. É o mínimo que posso esperar do Governo Lula.

Então, Sr. Presidente, termino pedindo desculpas pelo longo tempo que despendi dos companheiros, mas acredito que valeu a pena, pela reflexão.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Aproveitando essa posição sensata e a clareza como são apresentados os assuntos, gostaria de dizer que, quando V. Exa. se refere à multa e compara-a ao confisco, penso que é preciso fazer uma reflexão diferente. Isso de acordo com a minha modesta maneira de ver as coisas.

Multa é uma penalidade aplicada a alguém que comete uma infração. Ninguém é obrigado a errar. O imposto, ao contrário, vem para todos. Esse tem de ser estipulado em uma quantia que seja razoável, admissível. Quanto à multa, mesmo que seja no valor de R\$150.000,00, espero que não tenha sido motivo para gerar o desdobramento que culminou com a morte de três ou quatro funcionários. Quero dizer que a vida de qualquer um vale muito mais. Portanto, acredito que a multa tem de ser dura. Se se agride o meio ambiente de uma maneira drástica, agride-se a vida. Se se mantém um trabalho de crianças, de adolescentes ou de pessoas em situações precárias, não só se agride moralmente esses trabalhadores, como também se compromete a saúde deles. Assim, nesse caso, temos de ter uma visão diferente.

Imagine, V. Exa., um filho seu andando no meio da rua. Vem um motorista, andando na contramão, mesmo sabendo que está errado, e o mata! Isso pode ocorrer em relação a qualquer cidadão. Estou falando em filho, para sentirmos mais de perto o problema. Então, qualquer multa que se estipular para essa pessoa será pequena. Esse raciocínio que faço vale para qualquer tipo de multa. Se um cidadão andar corretamente, nunca será punido. O sentido dessa penalidade é intimidar, evitar. Se se coloca uma multa razoável ou baixa, com certeza aquele cidadão, se não tiver a devida ética para viver, continuará cometendo infração sistematicamente.

Então, espero que essa notificação não seja o motivo de se ter ceifado a vida de pais de família. Se assim o for, R\$150.000,00 é muito pouco, pois a vida vale muito mais.

O Deputado Paulo Piau - Claro que concordamos com V. Exa. nesse aspecto.

Evidentemente, foi uma reflexão trazida pelo Vitorio Medioli, num artigo seu, e que achei extremamente interessante. Trata-se de um fato, e eu o trouxe como fato real, mas não tem nenhuma ligação com esse crime, porque não haveria nenhum sentido um fato brutal desse, condenável sob qualquer aspecto, acontecer por uma multa dessa natureza.

Deputado Chico Simões, volto a repetir, as multas estão consignadas numa legislação que busca o ideal. A sociedade brasileira está passando por uma transição. Se aplicarmos ao pé da letra toda a legislação ambiental e trabalhista iremos literalmente parar o País.

Na legislatura passada, quando ocorreram alguns problemas trabalhistas na região de Capelinha, no Sul de Minas e no Alto Paranaíba, travamos vários embates com o Ministério Público do Trabalho. Em uma das audiências, trouxeram-nos um documento de cobrança de uma multa aplicada por um fiscal a um trabalhador que apanhava café sem chapéu de abas largas e sem botas. Como existe uma fase de transição para adaptação a leis ambientais, trabalhistas e outras, existe também grande falta de conhecimento básico por parte de profissionais. Por isso, o fiscal fez aquela bobagem. Todos sabem que o trabalhador precisa entrar no meio dos pés de café para apanhá-lo. Portanto, chapéu de abas largas é totalmente impróprio para esse tipo de atividade. Mas a lei determina que o rosto do trabalhador precisa estar protegido do sol.

Falta a cultura do bom-senso. Leis devem ser cumpridas, mas precisamos, nessa fase de transição, ter cuidado para não cometer injustiças. Devemos fazer essa reflexão. Agradeço, mais uma vez, a participação do Deputado Chico Simões, que trouxe grande colaboração ao nosso posicionamento.

Sr. Presidente, agradeço-lhe, pedindo perdão pelo tempo que usei. Vamos, como disse o Deputado Chico Simões, ser mais objetivos, buscando soluções para todos os problemas aqui debatidos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, existe uma historinha, Deputada Jô Moraes, que V. Exa. deve conhecer, pois está bastante relacionada com o modo de ser do seu partido, o PCdoB, que parabenizo pelos 82 anos de luta e trabalho. Podemos ter divergências em alguns aspectos, mas temos convergências na grande maioria dos temas que dizem respeito ao Governo, ao Estado, ao poder público e à sociedade como um todo. Parabéns ao PCdoB.

Um dos ensinamentos desse partido é a persistência. Foram muitos anos de clandestinidade. Faço um paralelo com o povo judeu. Embora ficando 2 mil anos fora de sua terra, manteve seus ideais, suas lutas, reivindicações e aspirações. Tão logo foi possível, voltou para sua terra.

O partido comunista é isso. Ele manteve a sua coerência, tradições e lutas com as próprias idéias e maneira de pensar e de enxergar o mundo e o povo. Então, isso é um ensinamento para todos nós. Parabéns ao partido comunista e a V. Exa., que, sem dúvida alguma, é uma Deputada aguerrida e que honra o seu partido, as suas convicções e ideologias.

Gostaria de contar uma historinha sobre duas rãs. Pela madrugada, procurando alimento, duas rãs caem dentro de uma lata de 20 litros de leite. A lata estava quase cheia, continha 3/4 de leite. As duas começaram a se debater. Uma murmurava e reclamava o tempo inteiro, indagando por que havia caído, procurando culpados e dizendo que iria morrer, e não havia ninguém para salvá-la. De tanto murmurar e procurar achar desculpas e culpados, foi-se cansando. Por outro lado, a outra pensava: "só há um jeito de me salvar, é nadando". Ela não falava nada, poupava as energias e se debatia. A outra, que tanto murmurava, como bebeu muito leite, afundou-se e, cada vez mais cansada, morreu. A outra pensava: "o que adianta achar culpados e reclamar? Vou debater-me, enquanto tiver forças". De tanto essa rã debater-se, o leite virou manteiga. Então, como ficou sólido, ela se salvou.

Isso é um pouco do que percebemos. O Governador Aécio Neves, quando assumiu o Governo, poderia ter a postura da rã que morreu. O quadro de Minas Gerais era desolador. A saúde estava em desastre. O lugar que ocupávamos na educação caiu do primeiro para o quarto. A nossa situação ficou pior que a de alguns Estados. Eles não ficaram melhores, porque perdemos para nós mesmos. O funcionalismo público encontrava-se numa total desordem. Deputado Domingos Sávio, o déficit orçamentário era de R\$2.500.000.000,00. A reforma tributária estava em curso no Congresso Nacional, cuja proposta era tirar ainda mais o recurso dos Estados. Logo, o quadro era difícil e complicado. O que fez o Governador? Fez o que se espera de um homem público, de alguém que se dispõe a candidatar-se com um projeto e uma proposta. Quer dizer, alguém que deseja ser candidato, porque tem a saída para esse problema e o meio de alcançar os resultados que a sociedade almeja, precisa e tem direito. Para isso, candidatamo-nos aos cargos públicos. Foi por isso que certamente o Deputado Mauro Lobo candidatou-se. Ele diz: "pela experiência que acumulei na vida, poderei contribuir para melhorar esse estado de coisas". Aliás, Deputados como Paulo Piau e Chico Simões e a Deputada Jô Moraes também.

Portanto, quando alguém se candidata ao Governo do Estado, à Presidência da República ou à Prefeitura, deve candidatar-se se tiver competência, convicções, propostas e projetos exequíveis e um modo de alcançar os resultados propostos. O Governador Aécio Neves tem realizado isso. Primeiramente, ele está tirando o programa de governo, que mostrou em sua campanha, e pondo-o no nosso dia-a-dia. O Governador, quando lança um programa ou um projeto, e vamos ao Palácio da Liberdade para participar de seu ato, lê o que estava previsto nele e nos diz o que está realizando, cumprindo.

Então, a situação do Estado era gravíssima, e ainda é. Como equilibrar as contas do Estado, se, no ano passado, o crescimento do País foi zero? Quer dizer, a receita não tem como crescer, já que o País não cresceu. O déficit era de R\$2.500.000.000,00. Numa circunstância como essa, Deputado Mauro Lobo, sabemos que a contabilidade admite até que se mascarem os dados, mas fazer mágica com receita e despesa não tem jeito.

Se há despesa, é preciso ter determinada receita. Não podemos fazer de conta que cairão recursos do céu.

A primeira medida do Governador foi ajustar a máquina, simplificá-la e dar-lhe agilidade. O Governador, com sua habilidade, soube contemplar a classe política, mas sem transigir no que era fundamental para o resultado do seu Governo: se havia um técnico capaz de fazer o trabalho, ele o preferiu à classe política. Há pessoas trabalhando nos postos-chave do Governo que estão dando resultado, pela competência que

adquiriram. Se o Governador pensasse em trazer amigos para ocupar esses lugares, prejudicaria a eficiência e a competência. Mas pensou no bem comum, no povo, pensou na proposta de honrar o programa que apresentou para a sociedade durante a campanha. E acendeu-se de gente competente, proba, ética. Não contente com isso, estabeleceu um sistema de vigilância e controle em todos os organismos do Estado, com auditorias e controladorias. Por isso, seu Governo, após um ano e meio, não sofreu nenhuma acusação de corrupção, nem se ouviu algo que desabonasse a conduta de alguém.

Estamos no século XXI, e as empresas que não se modernizarem não poderão sobreviver no mercado. E se a administração pública não se modernizar, também não sobreviverá. O Governador imprimiu um modelo moderno à administração. Poderia ter lançado um programa nacional, com apoio da mídia, fazendo estardalhaço, e que todos aplaudiriam. Mas quem executaria, como seria executado, quem controlaria o êxito desse programa? Seria correr o risco de fazer um enorme estardalhaço e não ver resultados. O Governador inovou, estabeleceu como seria o projeto de segurança pública, quais os pontos importantes, quem seria o responsável e qual o prazo para obter resultados. Quem esteve no auditório do BDMG e assistiu à prestação de contas do Governo, percebeu o que cada Secretário teve que fazer, o que cada órgão teve que apresentar, o que cada um fez, prestando contas à sociedade.

Trata-se de mais uma inovação deste Governo. Vamos dizer à sociedade o que foi feito na área de saneamento, energia elétrica, saúde e educação. Quais são os novos passos? Para o Estado, essa é a marca da modernidade. Se tomar todas essas medidas, o resultado aparecerá. Então, temos um problema de caixa. Há uma saída simples: temos o déficit de 2,5 bilhões; neste ano será reduzido a 1,4 bilhão. O Governo resolveu falar, dialogar com franqueza com a sociedade. Resolveu dizer: se trabalharmos bem, ao final de 2004, teremos um déficit de 1,4 bilhão. Não estamos mascarando os números. Esses são os dados contábeis, essa é a realidade deste Governo. Não adianta tergiversar, fingir, mascarar.

Deputado Mauro Lobo, especialista nesse assunto, de modo geral, o orçamento sempre foi feito de trás para a frente. Basta ver: "quanto se vai gastar? Vinte bilhões". Então, a receita é de 20 bilhões. A Lei nº 4.320 diz: "Estimam-se as receitas e fixam-se as despesas"; porém, as pessoas faziam o contrário. Tudo mascarado, falso. Agora, não. Consideramos: nossa receita é essa; nossa despesa, essa. Então, chega-se a um déficit de 1,4 bilhão. Corajosamente, pega a LDO e manda para cá desse jeito, dizendo que essa é a realidade do Estado. Não fez como a rã que mergulhou e morreu.

A situação é dramática, mas vamos examiná-la, tentar achar uma solução. Primeiro, procede-se à redução de despesas, enxugamento da máquina. Resolveu: vamos enxugar o máximo que pudermos. Esse trabalho ele fez. Cortou cargos, extinguiu secretarias, órgãos, nem tanto para reduzir gastos, mas, principalmente, para dar maior eficiência à máquina.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Obrigado. Cumprimento-o pela forma brilhante e correta com que faz essa análise da realidade mineira e das ações do Governo do Estado, o que, para nós, não é novidade. Com a experiência que tem e, acima de tudo, por ser um grande humanista, homem, de fato, iluminado, tem contribuído muito, não só com o debate, mas também com a construção de um Estado de Minas melhor para todos. Por isso, inicialmente cumprimento-o por tudo o que nos tem possibilitado aprender nesta Casa.

Trago também uma modesta contribuição a esta reflexão, para observarmos que temos um Governo com práticas novas. V. Exa. procedeu a uma reflexão muito apropriada sobre a maneira correta, coerente, de o Governador Aécio Neves tratar sua gestão, cumprindo à risca os compromissos de campanha. Trata-se de algo que não foi visto na política passada e não tem sido visto na presente. Aliás, essa é a grande decepção de boa parte do povo brasileiro, ou seja, ver governantes que tanto prometeram, mas que fogem dos compromissos assumidos.

Pelo contrário, o Governador Aécio Neves dá exemplo fazendo um Governo em que procura cumprir seus compromissos. Falou que iria governar para todo o Estado de Minas Gerais, dando atenção para todos os recantos do Estado. Lançou hoje esse programa - naturalmente V. Exa. irá abordá-lo com maior profundidade - por meio do qual demonstra isso com clareza, visto que se preocupa com pequenas cidades, nas quais vivem seres humanos que precisam da atenção do Governo. O asfalto que lá vai chegar com certeza melhorará a qualidade de vida das pessoas.

Anunciamos - e até convidamos os colegas para estarem conosco - que o Governador tem realizado algo valioso para nós, que é o Governo itinerante, que se compromete com todas as regiões, porque reconhece que Minas são muitas. As identidades, as vocações e os problemas de Minas são muitos, variados.

O Governador estará em Divinópolis nesta quinta-feira, mas não irá sozinho nem de mãos abanando; irá com sua equipe de Governo, para trabalhar. Teremos a presença de mais de uma dezena de Secretários de Estado e de organismos estatais, que estarão debatendo com a comunidade do Centro-Oeste mineiro problemas como o da área da saúde. O Secretário Marcus Pestana reunirá-se com todos os Secretários municipais da região. Os problemas da área da educação serão debatidos pela Secretária da Educação com todos os Secretários de Educação Municipais e Diretores de escolas. O Secretário de Meio Ambiente instalará a III Regional do COPAM. Estarão presentes o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Wilson Brumer, juntamente com os Secretários da Fazenda, da Agricultura, da Reforma Agrária, Marcelo Jerônimo e de Obras, Agostinho Patrús; os Diretores do DER, da COPASA e da CEMIG, a Secretária de Política Urbana; enfim, o Governo do Estado irá ao Centro-Oeste mineiro.

Deputado Miguel Martini, isso não ocorria há seis anos. Nesse período, nenhum Governador colocou um pé no Centro-Oeste mineiro, região de mais de 1.500.000 habitantes e que muito contribui para o desenvolvimento de Minas Gerais. Nossa região precisa da atenção do Governo do Estado. Amanhã, o Governador, com sua equipe, estará lá, trabalhando com o povo de Divinópolis e de toda a região.

Conheceremos suas propostas de trabalho, como, por exemplo, o desenvolvimento na área das estradas. Com certeza, S. Exa. ouvirá nossas reivindicações sobre a duplicação da MG-050 e a necessidade de uma rodovia ligando Divinópolis a Cláudio e a Fernão Dias, para propiciar maior desenvolvimento econômico à região.

Hoje ouvimos, com prazer, S. Exa. dizer que pedidos feitos não só por este Deputado, mas por várias lideranças da região, serão atendidos. Teremos a ligação asfáltica da nossa querida Leandro Ferreira - terra do Pe. Libério - que sairá do papel e se transformará em realidade; a da BR-050, de Pinhuí até a serra da Canastra, nascente do nosso São Francisco, que, para nossa alegria, deixará de ser um sonho para tornar-se realidade. Teremos ainda a ligação asfáltica Doresópolis. Tudo isso graças à ação concreta do Governador Aécio Neves.

Parabenizo V. Exa. e convido os Deputados para, tendo oportunidade, estarem conosco, no dia 25 de março, acompanhando a equipe do Governador Aécio Neves no Centro-Oeste mineiro. Queremos que todos os Prefeitos da região estejam lá, para trabalharmos juntos. O Governador está somando esforços para desenvolver Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. O aparte de V. Exa. enriquece nossa fala.

O Governador poderia ter ficado olhando para trás, dizendo que os Governadores Itamar Franco, Eduardo Azeredo, Hélio Garcia e Newton Cardoso seriam os culpados pelo Estado não ter os recursos necessários para caminhar. Em vez de olhar para trás, no primeiro dia de seu Governo, ele reuniu o seu secretariado e disse para não olharem pelo retrovisor, mas para a frente.

Os problemas que existem devem ser enfrentados. O povo elegeu o Governador para encontrar as soluções, e não para ficar reclamando do passado. No caso, seria uma situação muito fácil, porque o culpado seria algum ex-Governador e o Governador não precisaria fazer mais nada. O Governador tomou uma posição pró-ativa, porque tem uma equipe competente.

Não citarei as ações do Governo em outras áreas, porque senão ficaria um mês inteiro falando. Quero ater-me apenas a essas duas reuniões, a de segunda-feira e a de hoje, no Palácio da Liberdade. A Deputada Marília Campos subiu na tribuna e elogiou rasgadamente as ações do Governador Aécio Neves. Sobre as palavras de elogio da Deputada, como V. Exa. também disse, para que o pequeno não seja sempre pequeno, é preciso que se faça alguma coisa por ele.

Isso é o que o Governador está fazendo, pois, ao asfaltar, permite escoamento da produção, leva pessoas e facilita o atendimento dos moradores. Esse é o trabalho. O rico não precisa do Governo. O pobre, o povo simples, precisa. Os empresários podem resolver morar aqui, na França, nos Estados Unidos ou na Suécia. O pobre, que não tem recursos para a escola do filho, depende do Estado.

O que o Governador fez? Com a ajuda de sua equipe, descobriu que temos R\$12.000.000.000,00 de dívida ativa. Sabe lá o que se receberá daqui a 30, 40 anos. A média é conseguir R\$150.000.000,00 com muito esforço, dada a morosidade do Poder Judiciário e os entraves legais. O que a equipe do Governo fez? Marcou um golaço. Qual? Precisamos receber o dinheiro, pois é legítimo. No passado, a saída simples para aumentar a receita era aumentar os impostos. Ouvi dizer que estão pensando em aumentar a participação das empresas e do povo no INSS. O que o Governador fez? Lançou o Minas Ativa, Empresa Competitiva. Precisamos gerar emprego. Como? É necessário atrair indústrias. Como? Não é por meio de guerra fiscal, é com inteligência e competência. Para isso, o Governo criou três programas.

O Investe Minas é o primeiro. Trata-se de geração de emprego. O povo brasileiro espera 10 milhões de empregos novos. Minas dará sua colaboração. As empresas que aqui se implantarem ou ampliarem seu parque industrial terão incentivo do Governo a partir do repasse de crédito tributário de outras empresas. O Estado não está abrindo mão de nada. A empresa do Deputado Mauro Lobo, por exemplo, tem um crédito que não utilizará. A empresa do Deputado Domingos Sávio deseja implantar-se no Estado. Assim, por meio do repasse, conseguirá um abatimento pelo que pagaria. O Estado ganha, pois a nova empresa gerará empregos e tributos. É fantástico, pois estimula o produtor rural e as empresas a se modernizarem, comprando em Minas Gerais.

O Minas em Dia é o segundo. Falei para o Secretário de Estado da Fazenda, Fuad Noman, que jamais apoiaria qualquer projeto de anistia, porque é um desrespeito com os que pagam em dia. Com a criatividade do Governo, hoje quem paga em dia tem benefícios.

Aquele que não pagou pode regularizar a sua situação, mas sem receber os benefícios dados àquele que pagou em dia. Deputado Mauro Lobo, essa foi a grande jogada. Sei que V. Exa. estava lá no dia em que o Secretário apresentou-nos o programa. Resolve-se o problema dos que querem se acertar com o Fisco e estar bem com os órgãos públicos e o Governo criando modelo, não para alguns meses, mas permanente. Há expectativa de, quem sabe, R\$1.500.000.000,00 de arrecadação, o que temos de déficit neste ano. Fez ainda mais: inovou, trazendo o cidadão da informalidade para a formalidade. Está proporcionando cidadania ao artesão, à doceira, com toda a simplificação possível e imaginável. Portanto, o Simples ficou ainda mais simples - Simples Minas -, acabando com a escrituração de livros e a burocracia, extremamente excessiva, que gera gastos para aqueles que estão na formalidade. Quando uma microempresa, um artesão, doceiro ou sapateiro formaliza sua atividade pode ser auxiliado por sua entidade de classe. O SEBRAE pode orientá-lo. Aquele que era microempresário tenderá a ser pequeno, e o pequeno, a ser médio ou, quem sabe, grande empresário, e precisa de orientação. Portanto, o Simples Minas vem facilitar a vida do empresariado, desburocratizando e diminuindo custos para aqueles que querem investir, o que, sem dúvida nenhuma, redundará em ação de Governo extraordinária.

O Governador podia ficar olhando pelo retrovisor, culpando os Governos passados, mas tomou a decisão de não olhar pelo retrovisor, de ir em frente, tendo como missão encontrar solução para os problemas. Além disso, o Governador respeita e valoriza o Poder Legislativo.

Em sua fala pela manhã, o Deputado André Quintão elogiou o Governo do Estado, mostrando ética ao reconhecer a competência do Governador. Disse que o Governador é sensível, sabe que não é Deus, que não tem solução para tudo. Tem sensibilidade e capacidade de perceber onde as soluções estão.

O Deputado Mauro Lobo foi um dos que permitiram a realização, nesta Casa, de debate sobre ligações - outro projeto que pretendo discutir daqui a pouco. Ao procurar o Governador e mostrar-lhe a proposta, teve acolhida. Certamente, Governadores anteriores viram-na, mas não tiveram a mínima vontade de realizá-la. Este Governador está mostrando que veio para transformar Minas Gerais.

Deputado Dinis Pinheiro, V. Exa. disse que a Assembléia fez. No entanto, fez em parceria, pois um Governo é composto dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Governo é um todo. E quem tem sabedoria para governar é capaz de captar tudo isso e de buscar parcerias. Não se trata de sabedoria ficar isolado.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte) - Deputado Miguel Martini, assistimos a dois atos de grande importância para Minas. Primeiro, o lançamento desses três projetos, dentro da visão de crescimento do Estado, criando oportunidades de negócios, enfim, incentivando o desenvolvimento da economia, de maneira inteligente, envolvendo parcerias.

Acompanho o assunto da microempresa e lembro-me de que tínhamos o Ministro Beltrão, que ficou conhecido como o Ministro da desburocratização, mas que, antes de mais nada, era o grande defensor da microempresa. Fizemos um ato em Belo Horizonte, em uma associação que representava as microempresas, e convidamos o Ministro Beltrão para ser o orador que finalizaria o seminário. Com todo o seu brilhantismo, ele veio aqui defender sua idéia, e fomos levar a síntese do evento ao Governador Tancredo Neves. Digo isso para se ter uma idéia, Deputado, de há quanto tempo estamos buscando que, pelo menos em Minas, existam bons programas visando ao crescimento da pequena empresa e da microempresa.

Defendemos isso porque todos sabemos que o investimento feito na pequena empresa e na microempresa, para cada emprego gerado, é muito menor que o feito em uma empresa média ou grande. Além disso, esse tipo de empresa tende a permanecer no local - bairro, cidade ou região -, dentro do Estado e do País, enquanto a grande empresa tende a ser mais volúvel de acordo com suas perspectivas de mercado.

Muitas vezes, quando se fala na criação de empregos, citam-se segmentos que sabemos ser grandes geradores, como a construção civil. Entretanto, ela geralmente não tem continuidade. Seus projetos são para um, dois ou três anos. Pode ser uma grande obra ou uma série delas, mas, quando elas terminam, para onde vão os empregos? Já a pequena empresa e a microempresa, segundo nosso desejo, devem ser permanentes. Elas não têm o aspecto efêmero de um determinado programa ou obra.

Quando assistimos ontem ao lançamento do Simples Minas, que busca dar melhores condições ao pequeno empreendedor, ouvimos uma boa resposta para que criemos oportunidades de emprego e de renda. Assim podemos ter no Estado um ciclo virtuoso, um ciclo de investimentos que gerarão novos investimentos. Teremos um efeito multiplicador positivo.

Esses três programas têm, dentro de si, a expectativa de crescimento econômico, obviamente com o crescimento social. Vi ontem, no lançamento do programa, e hoje também, que o Governador foi enfático ao reconhecer o trabalho da Assembléia Legislativa e o apoio que lhe foi dado, exatamente porque esta Casa confia que agora temos um timoneiro, um Governador que sabe aonde quer chegar, que tem projetos para o Estado e um macroplanejamento que vem realizando.

Antes de assumir, fizemos as leis delegadas, permitindo uma reforma na administração do Estado, para dar-lhe maior agilidade. Essa foi a nossa contribuição. Muitas vezes, as pessoas perguntam-nos se a Assembléia está à parte do processo, e digo-lhes que não, pois esta Casa tem sensibilidade para perceber a importância de determinados projetos. O Governador tem tido o nosso apoio porque há reciprocidade, sentimos que ele tem uma proposta boa para Minas Gerais. Caso contrário, não haveria o reconhecimento dos próprios Deputados da Oposição.

Ressalto também a importância da Assembléia não só como uma Casa Legislativa, mas também como uma casa eminentemente política, sensível aos problemas do Estado.

Aqui, 77 pessoas, em seu dia-a-dia, captam essas aflições e aspirações da sociedade. Esta Casa é eminentemente política e sensível às demandas do nosso Estado.

Quando fomos relator do orçamento, já há algum tempo, e participamos da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, constatamos que, durante todo o ano, os Deputados apresentavam emendas visando asfaltar uma determinada cidade do seu interesse, que não possuía ligação asfáltica. Propusemos, ainda na Presidência do Deputado Antônio Júlio, a realização de um evento nesta Casa para discutir esse assunto e levantar dados com relação ao tamanho desse problema, à demanda, ao custo e à fonte de financiamento. O Presidente aceitou nossa proposta e convidamos para nos assessorar o Carlos Eduardo Orsini, pelo seu conhecimento sobre fontes de financiamentos internacionais, já que havia sido consultor do Banco Mundial, realizador de vários projetos em muitas cidades de Minas e Secretário de Assuntos Internacionais do próprio Estado. Trouxe-nos uma contribuição muito valiosa para o desenvolvimento desse projeto. Contamos também com o apoio da Fundação João Pinheiro, do DER e do SICEPOT, instituições que podiam ajudar nesse projeto, que apresentamos em fins do mês de agosto de 2002 e resultou em uma carta de Belo Horizonte conclamando o Governo a assumir algo. Pudemos entregar essa proposta ao então Governador eleito, Aécio Neves, que teve sensibilidade e competência para buscar, concluir e lançar esse projeto hoje, demonstrando a sua visão de estadista e a sua sensibilidade diante desses problemas de Minas. O ato a que assistimos hoje é importante para a Assembléia, que pôde manifestar-se e contribuir. Para nós, da base de Governo, é importante reconhecer que o Governador, de forma incansável e incessante, está sempre nos animando a confiar mais em Minas Gerais. Essa é a grande mensagem do Governador com as suas ações. Trata-se da mensagem daquela confiança madura, porque estamos vendo os fatos acontecerem e o que foi planejado sendo posto em prática. É disso que a população está precisando, ou seja, de uma liderança para conduzir o Estado ao progresso e ao desenvolvimento.

Deputado, estamos convictos de que tivemos dois dias muito importantes para Minas: o lançamento do Minas Ativa e o lançamento desses programas dos municípios sem ligação asfáltica e do projeto de recuperação das nossas estradas. Espero que haja uma disputa saudável, para, dentro de algum tempo, constatarmos quais estradas de Minas estarão melhores, as federais ou as estaduais. Tenho rodado por várias regiões do Estado e percebo ainda que as estaduais estão em melhor estado. Para o progresso de Minas e para podermos proporcionar condições melhores para as pessoas que usam as estradas no seu dia-a-dia, é importante que ambos, Governo Federal e Estadual, estejam unidos em torno do sistema viário do nosso Estado.

Obrigado pelo aparte. Continuarei acompanhando o brilhantismo das suas palavras.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Mauro Lobo, sem dúvida nenhuma, o brilhantismo está em suas palavras, que vieram enriquecer o raciocínio que estamos desenvolvendo aqui. Aproveito a sua última fala para dizer: quem sabe o próprio Governo Federal, seguindo o exemplo do Governo de Minas, possa concluir aquela estrada que liga Almenara à Bahia?

Quem sabe ela será concluída agora, porque é uma demanda antiga da região do Jequitinhonha. Há anos, assistimos dizerem que vão fazê-la, mas não a fazem. Veja Deputado Mauro Lobo, que competência, que sensibilidade e que visão! Essa proposta de ligação dos 224 municípios terá o custo de R\$1.000.000.000,00. De onde virá esse dinheiro? Do BIRD, da CODEMIG e da CIDE. São recursos que não existiam e que foram criados pela competência do Governador. Primeiramente, Minas tinha o seu crédito suspenso no BID ou no Banco Mundial pelo desastre provocado pelo Governo anterior. O Governador Aécio Neves teve de retomar as negociações e recuperar a credibilidade com os organismos internacionais. Recuperado o crédito, já temos agora parte dos recursos para fazer as obras. V. Exa., assim como eu, foi um dos críticos no Governo anterior, porque a COMIG era um antro de corrupção. E o que o Governador faz? Acaba com ela e cria a CODEMIG. Parte do recurso agora será legitimamente aplicado nesse projeto.

Na reforma tributária, a CIDE, sigla que não chamava tanto a atenção, e portanto não era bem conhecida por todos, era um recurso arrecadado aqui em Minas Gerais, pago e arrecadado pelo povo mineiro, e mandado para o Governo Federal, que ficava com tudo. Mas aí entra a habilidade política do Governador. Ele mobiliza o Brasil, pressiona o Congresso Nacional e o Governo Federal, e consegue, não com boa-vontade - como reconheceu aqui o próprio Presidente da República - mas com pressão, arrancar os recursos necessários para a complementação da obra. Então, veja a sensibilidade de perceber uma proposta extraordinária que foi debatida aqui. Mas não basta ter isso, se não há sensibilidade. Não basta ter proposta e sensibilidade, se não há competência para levantar recursos. O que vemos hoje é, sem dúvida alguma, a competência de um Governo que tem sensibilidade, mas sabe carrear os recursos necessários para gerar o desenvolvimento de Minas Gerais.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - Obrigado pelo aparte. Realmente, esta é uma Casa plural, não somente por nossas ações, como por nossas opiniões. Vejo V. Exa. com uma visão do Governo Estadual que não se assemelha à minha. V. Exa diz que o Governo pegou o Estado em situação desastrosa e, com habilidade, reduziu custos e resolveu os problemas...

O Deputado Miguel Martini - Eu disse que está resolvendo e mostrando resultados.

O Deputado Chico Simões (em aparte)*- V. Exa. disse que levou saúde e educação, enfim... Quanto à saúde, Deputado Miguel Martini, não é segredo para nenhum de nós que o Governo ainda deve R\$30.000.000,00 ao IPSEMG. Nós aprovamos o pagamento, mas ele ainda não o fez. Falta medicação de uso contínuo, motivo de ação na justiça. E o Ministério Público ainda diz que há suspeita de mal gerenciamento do dinheiro para majoração na compra dos produtos, com suspeitas de corrupção na saúde. Na educação, temos prédios totalmente sucateados em todo o Estado. Não há transporte escolar para os meninos. Na terra do Deputado Mauro Lobo, os alunos andam quilômetros a pé. Em Valadares, a justiça teve de interceder. Em Joaíma, ontem, um repórter da televisão, não sei de qual canal, mostrou que é preciso andar 20 km a pé.

Quanto à educação, isso é coisa elementar, é princípio elementar. A segurança pública está totalmente sucateada, apesar de tão propagandeada. Olhem o vexame da polícia técnica, da medicina legal. Se os Prefeitos não entrarem com dinheiro, as viaturas no interior não andam. Não há salários, não há o bê-á-bá da segurança. E a resposta é que a Capital mineira é a 3ª mais violenta do País. Não há carreira para os policiais, e ainda pedem para não fazerem greve. Não estou incentivando a greve, muito menos de policiais, mas acho que carreiras essenciais têm de ter salários essenciais. Não há política social. A Secretaria está totalmente inoperante. Os centros sociais urbanos estão sucateados. E isso é pilar para políticas fundamentais, que promovem a dignidade do ser humano. O servidor é colocado no terceiro ou no quarto plano. O plano de carreira é uma casca de ovo, uma vez que não há salários dignos. Que respeito é esse? E isso estava na proposta de

governo do Sr. Aécio Neves. Já estamos no segundo ano do seu Governo, e os servidores não tiveram aumento. O Governo deve precatórios aos servidores, mas não paga suas dívidas.

V. Exa. se referiu à eficiência da máquina de arrecadação, mas estamos no terceiro mês consecutivo de diminuição de receitas no Estado. Isso está no jornal de hoje. Se esse Governo não tem aumento de receita e diz que o déficit diminuiu, alguma coisa está errada: ou não está havendo queda na receita, ou não havia déficit coisa nenhuma. Se não aumenta a receita e o déficit, que era de 2,5, volta para 1, alguma coisa está errada. Nem sempre esses projetos abstratos correspondem à realidade. Estou me referindo ao Primeiro Emprego, que está dando errado, mas fez-se o maior estardalhaço.

Quando V. Exa. diz que o enxugamento não trouxe políticos, ele pode não ter colocado mineiros, mas de fora vieram muitos. Não vou enumerá-las por questão de ética. Na verdade, para resumir, o que podemos ver de positivo são o asfalto, o Luz para Todos, o Clarear e o saneamento básico. E os recursos federais? Por que o nosso Governador, quando foi Presidente do Congresso Nacional, quando foi Presidente do PSDB, não nos mandou a CIDE? Isso mostra a grandeza do Presidente, que não olhou pelo retrovisor, porque, se tivesse olhado, não poderia nem ter discutido com alguém do PSDB. Dinheiro público vem também do Governo Federal, bem como o Luz para Todos e o saneamento básico. Falando em saneamento básico, estão sendo questionadas várias irregularidades na COPASA. Há suspeita de corrupção endêmica, dinheiro público federal.

Acho que numa coisa, Deputado Miguel Martini, V. Exa. tem razão: ele não olhou pelo retrovisor, pois teve o olhar fixo no Planalto Central, para o Governo Federal. Ele está sendo simplesmente um despachante dos recursos federais. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. reforça o que eu disse inicialmente. Percebi que, no PT, o impulso de olhar para trás é endêmico. V. Exa. descreveu o Estado de Minas Gerais que o Governador Aécio Neves assumiu. Há um ano, era exatamente assim. Como o atual Governador olha para a frente ao invés de olhar para trás, as soluções estão aparecendo, mas não terei tempo de citar todas. Há inovações na COPASA, considerada a maior empresa-elemento do País, graças à competência de apenas um ano e pouco de gerenciamento.

Preciso passar as informações a V. Exa. Reconheço que a culpa é minha, pois não as coloquei nas suas mãos. Como é da Oposição, não tem acesso a muitas informações. Na área social, o Secretário João Leite promoveu revolução extraordinária, nunca vista em Minas Gerais. Em vez de gastar dinheiro com propaganda, o Governo prefere promover realizações. O Presidente Lula disse que copiará o modelo de segurança pública de Minas. Mesmo que o Governo Federal retire R\$25.000.000,00, destinados ao transporte escolar mineiro, remanejaremos recursos de outras áreas para mantê-lo. Também há revolução na área da saúde. O estilo do Secretário Marcus Pestana foi elogiado pelo Ministro da Saúde como modelo de gerenciamento. Como V. Exa. olha pelo retrovisor, enxerga somente o passado. Realmente, o passado era um caos.

Agora vemos as ações. Decidiu-se não olhar para trás, e sim tomar medidas para elevar a imagem de Minas no cenário político. Não se prestou favor ao se tornarem disponíveis os 25%, pois não queriam conceder tais recursos, mas criar uma DRU para a CIDE. Entretanto, devido à pressão competente e à ação política do Governador, ele foi obrigado a concedê-los, o que foi reconhecido pelo Presidente, que esteve em Minas Gerais. Portanto, precisamos olhar para a frente.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - O Presidente Lula, pessoa bem instruída, realmente se encontra a par dos grandes avanços conquistados em Minas Gerais, sob a coordenação e a liderança do notável Governador Aécio Neves. Pelo visto, o Deputado Chico Simões não dispõe de elementos necessários para chegar à conclusão externada por Lula e por inúmeros colegas do PT, que deram sua opinião da tribuna. Assim, torna-se voz isolada e solitária na Assembléia Legislativa, pois não enxerga a realidade dos acontecimentos.

São notáveis a capacidade administrativa e o espírito conciliatório do Governador, que se tornam referência para os demais. Aécio Neves tem promovido e executado ações importantíssimas, aplaudidas pelos mineiros, pelo Brasil, pelo Presidente e pelos Deputados do PT. Minas sente-se feliz, e a Assembléia Legislativa, satisfeita. Tenho certeza de que o Governador encontra-se ainda mais entusiasmado e motivado para o enfrentamento de tantos embates e adversidades atuais e futuras.

Ressalto aqui, mineiros, Deputado Miguel Martini, a ousadia, a determinação, a sabedoria do Governador Aécio Neves. Mesmo diante da brevidade do seu tempo e da escassez dos recursos financeiros, está conseguindo recolocar Minas em lugar de destaque no cenário nacional. Mesmo diante das dificuldades econômicas, o Governador está conseguindo sanear o Estado, reequilibrar e reestruturar Minas Gerais. Nesse pouco tempo, adotou medidas fortes e vigorosas, principalmente no campo social, melhorando a vida dos mineiros. Observamos, há pouco, o plano de segurança implantado pelo Governador Aécio Neves, que, aliás, serviu de referência para o Governo Nacional. Observamos, também há pouco tempo, mesmo com críticas de alguns parlamentares da Oposição, o direcionamento de recursos para os hospitais regionais, independente da cor partidária, em uma política pública responsável. Por último, uma distribuição criteriosa, sim, de ambulâncias, principalmente para os locais mais carentes.

Nesta semana, Minas teve a oportunidade de vivenciar e compartilhar momentos de muita alegria e muitas realizações. O Deputado Mauro Lobo assinalou o programa vitorioso, correto, adequado, Minas Ativa, lançado pelo Governador Aécio Neves, que procura impulsionar a economia mineira, gerar empregos, aumentar a arrecadação, sem impor alteração e elevação da carga tributária. São formas criativas, sábias e adequadas como essas que recolocam Minas no caminho do progresso e do desenvolvimento.

Hoje, o Governador Aécio Neves deu uma aula de administração pública, lançando um programa inédito para todos os mineiros, mais precisamente para duzentas e tantas cidades. Nesse primeiro momento, 42 já vão receber o tão sonhado asfalto. Sei muito bem da importância para a vida do cidadão da chegada do asfalto. Aliás, na nossa terra natal, o meu irmão, Prefeito, tem feito um trabalho incansável para levar rede de esgoto e asfalto a todos os cantos de Ibirité, não obstante as dificuldades econômicas daquela cidade, que tem uma das menores receitas do nosso Estado. E tem obtido êxito! Isso se deve a quê? À capacidade, à correção e à honestidade! E é isso que o nosso Governador tem realizado.

Temos aqui, com muita humildade, Deputado Chico Simões, que aplaudir, reverenciar e compartilhar esse novo momento de Minas Gerais, tão bem conduzido pelo Governador Aécio Neves.

Gostaria, antes de terminar as minhas palavras, Deputado Miguel Martini, de solicitar o apoio do Deputado Chico Simões e até mesmo de outros parlamentares para uma questão. Hoje de manhã, tivemos um grande debate, importantíssimo, Deputado Doutor Ronaldo, a respeito da gratuidade do transporte interestadual para as pessoas idosas, acima de 65 anos de idade.

No ano passado, com o advento do Estatuto do Idoso, louvável, admirável, que merece os nossos aplausos, foi determinada a gratuidade para pessoas acima de 65 anos de idade. Infelizmente, esse dispositivo legal não está sendo cumprido. Na Comissão de Direitos Humanos, onde tive, hoje, oportunidade de participar de um grande debate, tivemos a condição de apresentar requerimento solicitando que o Ministério Público Federal ajuíze ação cível pública contra a ANTT, para que as pessoas idosas, acima de 65 anos de idade, tenham, de uma vez por todas, esse acesso gratuito, conforme determina o Estatuto do Idoso.

Nesse momento de vitórias, alegrias e realizações de sonhos de milhares de mineiros, conduzidos sabiamente pelo Governador Aécio Neves,

solicito empenho, dedicação e solidariedade não apenas do Deputado Chico Simões, mas também de outros parlamentares, a fim de que o Estatuto do Idoso possa ser cumprido. Assim, essas pessoas, que tanto precisam do nosso apoio, carinho e atenção, terão seus direitos religiosamente respeitados.

Obrigado, Deputado Miguel Martini, pela oportunidade a mim concedida. Espero que V. Exa. continue com esse raciocínio brilhante, expondo as inúmeras realizações do Governo de Minas.

O Deputado Chico Simões (em aparte)* - O Deputado Dinis Pinheiro, de forma correta, exige o cumprimento do Estatuto do Idoso. A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - também está empenhada em fazer com que esse direito seja respeitado pelas empresas de ônibus interestaduais. Surpreendentemente, representantes de empresas entraram na justiça e conseguiram uma liminar que desautoriza a ANTT a fazer cumprir aquele dispositivo. Portanto, a preocupação que o nobre Deputado Dinis Pinheiro manifestou hoje foi por mim cobrada há mais ou menos 60 dias.

Como V. Exa. faz parte da base do Governador Aécio Neves, assim como o Deputado Mauro Lobo, solicito que lhe seja cobrado o cumprimento de uma lei aprovada por esta Casa - provavelmente com o seu voto, Deputado Dinis Pinheiro -, que estabelece a gratuidade do transporte intermunicipal para os maiores de 65 anos. Encaminhei requerimentos ao Governador e ao Secretário de Obras Agostinho Patrús, mas não obtivemos respostas. Como a ANTT está um pouco distante, continuaremos cobrando. Mas o Governador Aécio Neves está muito pertinho. Assim, V. Exas. poderão ir todos os dias ao Palácio para cobrar o cumprimento dessa lei. Dessa forma, os direitos dos idosos de Minas Gerais serão respeitados. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Informo ao Deputado Chico Simões que essa lei estadual, de 1991, salvo engano, não foi aprovada de forma correta, dando oportunidade aos concessionários de obterem ganhos na justiça, não respeitando os direitos das pessoas acima de 65 anos de idade.

Quanto ao Estatuto do Idoso, conforme os estudos que tivemos oportunidade de realizar, não há mais nenhuma dúvida, nenhum questionamento legal. Existe uma inovação inserida no seu art. 96, estabelecendo que, em caso de descumprimento desse dispositivo legal, poderá ser aplicada a penalidade de reclusão de seis meses a um ano.

Prestem bem atenção. De acordo com o Estatuto do Idoso, quem não cumprir o dispositivo legal estará sujeito a esta gravíssima penalidade: pena de reclusão de seis meses a um ano.

Portanto, basta somente o Ministério Público Federal colocar um na cadeia que o problema será resolvido e os idosos terão transporte gratuito.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado Dinis Pinheiro. Comprometo-me com o Deputado Chico Simões e com os telespectadores em trazer as realizações para todas as áreas. Temos a responsabilidade de levar ao conhecimento da sociedade mineira as belíssimas realizações feitas em nosso Estado. São tantas coisas bonitas que o tempo de 60 minutos não foi suficiente para expô-las. Mas teremos outras oportunidades de fazê-lo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/3/04, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro

nomeando Luiz Carlos Mendes Neves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete da Deputada Vanessa Lucas

exonerando Joelma dos Reis Andre do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Loramir Cláudio Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando José Clemente Andre para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Maria da Conceição Pereira Miranda do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PC do B;

exonerando Paulo Roberto Lima Pinheiro do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Participação Popular;

nomeando Letícia Pereira Ferreira para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco PT/PC do B;

nomeando Maria da Conceição Pereira Miranda para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão

de Participação Popular.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Graziella Fagundes de Paula para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mega Power Energia e Informática Ltda. Objeto: manutenção preventiva e assistência técnica, incluindo a reposição de componentes defeituosos, em "no-break" senoidal inteligente, da marca Engetron, modelo Double Way - Trimono 8KVA. Dotação orçamentária: 339039. Vigência: 12 meses, a contar de 1º/4/2004. Licitação: dispensa, conforme o art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.